



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	1

**TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 6ª LEGISLATURA
ATA CIRCUNSTANCIADA DA 38ª
(TRIGÉSIMA OITAVA)
SESSÃO ORDINÁRIA,
TRANSFORMADA EM COMISSÃO GERAL
PARA DEBATER A PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO
NO DISTRITO FEDERAL
DE 09 DE MAIO 2013.**

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Em razão da aprovação do Requerimento nº 2.321, de 2013, de autoria do Deputado Chico Vigilante, a sessão ordinária de hoje, dia 09 de maio de 2013, quinta-feira, fica transformada em Comissão Geral para discutir questões relacionadas com a precarização do trabalho no Distrito Federal.

Convidamos todos os Deputados e demais convidados para esta Comissão Geral a se dirigirem para o plenário desta Casa para início dos debates.

Neste sentido, declaro suspensa a presente Comissão Geral por 10 minutos, enquanto nossos convidados adentram ao plenário, para a composição da Mesa.

(Suspensa às 15h27min, a sessão é reaberta às 15h33min.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Sob a proteção de Deus, reiniciamos os nossos trabalhos.

Esta Presidência, ao dar as boas-vindas a todos os presentes, tem a honra de declarar aberta esta Comissão Geral, que se destina a debater questões



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	2

relacionadas com a precarização do trabalho no Distrito Federal e a discutir especialmente a Súmula 277, do Tribunal Superior do Trabalho, bem como os 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho.

Neste momento, convido a tomar assento à Mesa a Exma. Sra. Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, Kátia Magalhães Arruda; o Exmo. Sr. Procurador-Geral do Trabalho, Luiz Antônio Camargo de Melo; o Exmo. Sr. Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região Mário Macedo Fernandes Caron; o Sr. Secretário de Organização Política e Sindical da Central Única dos Trabalhadores – CUT/DF, Roberto Miguel; a Sra. Secretária-Geral do Sindicato dos Comerciantes – SINDICOM, Geralda Godinho de Sales, e a Sra. Diretora de Comunicação do Sinpro, Rosilene Corrêa. O nosso Secretário Adjunto do Trabalho, Divino Valério, esteve aqui para participar desta reunião, mas eu disse a ele que, em virtude do falecimento de um parente dele, que está sendo velado neste momento, fosse para lá dar conforto à família e nos deixasse tocando os trabalhos aqui. Acho que, neste momento, devemos estar perto, efetivamente, da família.

O sentido desta nossa Comissão Geral teve origem em uma ida nossa, a convite do Presidente do Tribunal Superior do Trabalho, a um café da manhã que aconteceu para haver uma aproximação maior do Tribunal Superior do Trabalho com os sindicatos. Além de Deputado, o que sou mesmo é vigilante. Sou representante da Confederação Nacional dos Vigilantes, ocupo um cargo diretivo lá e compareci àquela reunião, em que tive a oportunidade de conhecer a Dra. Kátia, cuja vida profissional, no âmbito da defesa do trabalho, teve origem no Estado do Maranhão. A Dra. Kátia, com 24 anos de idade, fez um concurso público para juíza do trabalho, foi aprovada e foi para a segunda cidade mais importante do Maranhão, depois de São Luís, que é a Cidade de Imperatriz. Sou maranhense e sei que ela desenvolveu sua atividade profissional durante um ano naquela cidade e, depois, ficou, ao todo, dezoito anos no Estado do Maranhão, onde sabemos o quanto a situação dos trabalhadores ainda é precarizada.

Conversando com a Dra. Kátia, ela nos alertava da Súmula 277. Eu conversava outro dia com a Dona Isabel, Presidenta do Sindicato dos Trabalhadores em Serviço Terceirizado do Distrito Federal, que vejo aqui, e falava da importância que tem essa Súmula 277 para o mundo do trabalho, especialmente para os trabalhadores. O que é a Súmula 277? Ela determina que uma convenção coletiva de trabalho, uma vez assinada, só perde a vigência com outra convenção assinada, porque, em um momento de mobilização dos trabalhadores, você consegue fazer uma boa negociação, mas, se no ano seguinte você não estivesse tão mobilizado assim, era comum os empresários quererem começar a conversa tirando direitos. Portanto, se temos essa segurança, dá para se começar a conversa de outro jeito, de igual para igual. Sabemos hoje – não é, Jervalino? – da maneira brutal com que o empresariado, especialmente a Febraban, a CNI, a CNC e outras, está atacando essa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	3

súmula, para derrubá-la, e temos visto uma mobilização muito pequena dos trabalhadores no sentido de mantê-la, apesar de ela ser fundamental.

O sentido desta Comissão Geral é o de discutir a precarização do trabalho e os 70 anos de existência da CLT, mas, acima de tudo, o de nos centrarmos na defesa da Súmula 277. Nosso objetivo está sendo alcançado. Eu vejo nesta audiência pública de hoje os principais dirigentes sindicais do Distrito Federal, que já estão presentes. Acho que até o final, mais dirigentes estarão aqui.

Eu vejo lá no fundo o João Osório, presidente do Sindicato dos Rodoviários, um sindicato que vem lutando desde 1985, quando fizemos a primeira greve dos rodoviários do Distrito Federal. Vejo aqui na minha frente o presidente do Sindicato dos Vigilantes e diretor da Confederação dos Vigilantes. Todos sabem da luta travada pelos vigilantes em Brasília e no Brasil.

Vejo ali a dona Isabel, do Sindiserviços, um sindicato realmente de luta, que congrega mais de 60 mil trabalhadores; a Geralda Godinho de Sales, do Sindicato dos Comerciários, que compõe aqui a nossa Mesa; a Rosilene Corrêa, do Sinpro, que acaba de fazer uma grande mobilização; o Djalma, do SindPD, que hoje, além da Dataprev e do Serpro, abrange todo o elenco de trabalhadores terceirizados daquela área. Vejo ali o Helvécio Santana e a Eunice, do Sindfaz, sindicato dos trabalhadores fazendeiros. Portanto, nós estamos alcançando o objetivo que é exatamente fazer esse debate.

Eu quero dizer ao Dr. Mário Caron – eu sempre tenho dito isso, Dra. Kátia – que ele é o tipo de presidente de tribunal que a gente gostaria que todos os tribunais tivessem. Eu me lembro, Dr. Luís, da última negociação nossa, ou melhor, antepenúltima, quando o Dr. Mário Caron era presidente do tribunal e nós tivemos que decretar uma greve dos vigilantes e o Dr. Mário Caron abriu a audiência de conciliação dizendo o seguinte: eu estou abrindo essa audiência e não vou fechá-la enquanto não chegarmos a um entendimento nesta Mesa. Eu não quero julgar – foram essas as palavras dele –; eu sinto que eu não devo proceder ao julgamento, porque é melhor a negociação que o julgamento.

E a verdade é que nós saímos dali, depois de 72 horas com a mesa de negociação funcionando – 72 horas de mesa de negociação – com um excelente acordo assinado para os vigilantes, que abriu a possibilidade de hoje, Jervalino, estarmos com o risco de vida que se originou daquele debate que nós travamos.

Mas aquele debate também, Dr. Mário Caron – o senhor ajudou muito; outro que tem participado bastante é o Dr. Grijalbo Coutinho e também Procuradores do Trabalho aqui no Distrito Federal, como o Dr. Adélio Justino Lucas, o Dr. Valdir Pereira da Silva e outros – possibilitou que travássemos uma discussão com o Ministério do Planejamento, através do Ministro Paulo Bernardo, e se implementasse a Instrução Normativa nº 3, que faz com que os órgãos federais possam prender, ou



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	4

seja, reter em uma conta especial as parcelas rescisórias dos contratos terceirizados. Foi através daquilo ali que fez com que agora o Conselho Nacional de Justiça, Dr. Mário Caron, parece que eles copiaram o que o senhor havia escrito ajudando a categoria. É importante a gente dizer isso aqui. Tanto o Dr. Valdir quanto o Dr. Mário Caron, não era obrigação de eles fazer isso, mas para ajudar os trabalhadores eles produziram belíssimas peças que nos orientaram no sentido da discussão que precisávamos fazer. É por isso que eu digo, Dr. Mário Caron, que o senhor é um dos homens que engrandece a Justiça do Trabalho. A Dra. Kátia é a mesma coisa. A gente tem uma doutrina que está se formando na Justiça do Trabalho, que eu espero um dia seja majoritária. Que essa doutrina, um dia, possa efetivamente ser majoritária.

A mesma coisa eu digo quanto ao Ministério Público do Trabalho. Só quem especialmente trabalha em empresas terceirizadas sabe a importância que tem o Ministério Público do Trabalho, combatendo o trabalho escravo, as incursões que tem feito nas carvoarias, nos canaviais, todo esse trabalho que é desenvolvido.

Lembro-me do Ministério Público do Trabalho aqui junto com a gente, quando eu era Deputado Federal junto com o Deputado Paulo Paim. Nós detectamos trabalho escravo aqui nas cercanias do Distrito Federal, em uma empresa de cerâmica. Constatamos o trabalho infantil ali também. Portanto, essa questão da precarização nos 70 anos da CLT é muito importante.

Registro aqui com muita satisfação a presença do Deputado Olair Francisco.

Eu quero pedir ao pessoal que possamos passar umas imagens aqui, Dra. Kátia, porque elas expressam efetivamente o que chamamos de precarização do mundo do trabalho. Essas imagens estarão no telão, eu vou passá-las e depois eu vou dizer para vocês o que é isso.

(Exibição de imagens.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Isso aqui, para os nossos convidados e autoridades que compõem a Mesa, é um posto de vigilância numa cidade do interior da Bahia, mais especialmente num parque ecológico. Portanto, os vigilantes fazem a segurança desse parque e ficam nesse casebre. Vocês podem ver que tem aí um casebre queimado e lá na frente tem outras imagens onde eles próprios preparam a comida. Eles trabalham e à noite têm que repousar. Vocês precisam ver o quanto é degradante as camas onde eles estão. Então essa é uma realidade de trabalhadores que estão formalizados, porque a gente, muitas vezes, imagina que o trabalho degradante é só de quem não é formalizado. Esses estão formalizados, têm carteira assinada, têm tudo. Mas a gente sempre comenta que talvez a situação pior de trabalhadores no Brasil seja a dos trabalhadores terceirizados. Nós temos também situação que temos denunciado, Dra. Kátia, de determinados locais de trabalho em que os trabalhadores terceirizados não podem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	5

adentrar o refeitório dos trabalhadores efetivos. Como na Petrobrás, em que nos restaurantes dos funcionários da Petrobrás os trabalhadores terceirizados não podem entrar. Nós tivemos aqui uma situação, Dr. Mário Caron – e eu denunciei isso para a direção da Caixa Econômica Federal há cerca de quatro meses –, em que uma trabalhadora terceirizada da limpeza estava uniformizada e quando o elevador abriu e ela se dirigiu para entrar no elevador o funcionário colocou a mão e a barrou: “Você não pode entrar aqui.” e ela ainda falou: “Mas eu estou limpinha!” Ele disse: “Não pode.” Essa moça saiu, foi chorar. O recurso dela foi chorar. Chorou bastante, depois ela resolveu denunciar, e nós denunciemos para a direção da Caixa Econômica Federal. Nós estamos falando de uma instituição da importância que tem a Caixa Econômica Federal e vejam a situação vivida por esses trabalhadores. E isso acontece de maneira cotidiana, não é Dona Isabel? Assédio moral, assédio sexual, todo tipo de assédio de que essas trabalhadoras são vítimas. Uma vez o Sindicato dos Vigilantes denunciou, no Governo do Fernando Henrique, uma situação terrível em que vigilantes femininas do Ministério das Minas e Energia, Dr. Mário Caron, eram obrigadas a manter relação sexual com o chefe da segurança do Ministério das Minas e Energia numa sala ao lado do elevador privativo do ministro. Era Delegada da Mulher na época a Dra. Débora e ela conseguiu colocar os safados na cadeia. Portanto, isso foi um escândalo. E foi a coragem dessas mulheres que proporcionou que outras trabalhadoras viessem a denunciar esse tipo de prática. Interessante é que logo após a denúncia feita pelas vigilantes é que surgiu a denúncia envolvendo, Rosilene, aquele médico do Lago Sul – acho que era Vasco o nome dele. Aí as pacientes dele também, seguindo o que tinham feito as vigilantes, resolveram denunciar.

Portanto, estou realmente muito satisfeito em poder fazer esta audiência no dia de hoje e contar aqui com a presença do Dr. Mário Caron; da Dra. Kátia; do nosso Procurador-Geral, Dr. Luís; do Roberto Miguel; da Rosilene, do Sinpro, da Geralda, enfim, de todas as pessoas que compareceram no dia de hoje.

Vou iniciar agora a fala das autoridades e vou fazer uma coisa que não é muito usual aqui na Câmara Legislativa. Vou alternar a fala de uma autoridade – do Dr. Luís, por exemplo – com a fala de um sindicalista.

Por último, a Dra. Kátia me perguntou: “Deputado, terei quanto tempo?” Disse a ela e vou repetir: A senhora terá quanto tempo achar necessário porque queremos realmente saborear hoje este ensinamento que sei que a senhora vai trazer a esta Casa no dia de hoje.

Quero iniciar a nossa sessão passando a palavra ao Dr. Luís Antônio Camargo de Melo, que é Procurador-Geral do Ministério Público do Trabalho. Quero dizer ao senhor, mais uma vez, que os nossos temas são os 70 anos de CLT, a precarização das relações de trabalho e a Súmula nº 277 do TST.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	6

DR. LUÍS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO – Senhoras e Senhores, boa tarde. É um prazer enorme estar aqui. Agradeço a oportunidade de apresentar um pouco do que o Ministério Público do Trabalho vem fazendo.

Eu saúdo o Deputado Chico Vigilante, que está responsável pela realização deste debate e é um deputado comprometido com as causas dos trabalhadores. Essa é minha saudação inicial. Saúdo também a Ministra Kátia Arruda, do Tribunal Superior do Trabalho, uma companheira, uma parceira antiga, desde o Maranhão, sempre foi um porto seguro para o Ministério Público do Trabalho, desde que era juíza no Maranhão. Saúdo também meu amigo Mário Caron, Desembargador do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, pessoa por quem tenho um carinho e uma admiração muito grande. Saúdo o Secretário de Organização de Política Sindical da CUT – Central Única dos Trabalhadores –, Roberto Miguel. Saúdo também a Secretária-Geral do Sindicato dos Comerciantes, Geralda Godinho de Sales; e deixo por último, uma saudação especial, à Diretora de Comunicação do Sindicato dos Professores, Rosilene Corrêa, não por ter uma relação pessoal com ela – aliás, a estou conhecendo agora –, mas porque o Sindicato dos Professores do Município do Rio de Janeiro foi a minha grande escola. Cheguei ao Sindicato dos Professores como estagiário. Estaguei dois anos, fui contratado como advogado. Advoguei no Sindicato dos Professores do Rio de Janeiro e só saí de lá em novembro de 1989, quando tomei posse como membro do Ministério Público do Trabalho. Então, faço aqui a minha homenagem ao Sindicato dos Professores.

A minha trajetória no Direito do Trabalho é uma trajetória de advogado, uma trajetória de advogado de sindicatos de trabalhadores. Além dos professores, advoguei no Sindicato dos Trabalhadores em Empresas de Asseio e Conservação do Rio de Janeiro, em sindicatos de médicos, de artistas, enfim, tenho na advocacia sindical a minha grande escola e uso hoje o que aprendi advogando para trabalhar no Ministério Público do Trabalho.

A proposta que o Deputado Chico Vigilante nos apresenta é uma proposta que daria para passar uma semana debatendo. Para debater a precarização do trabalho, eu falaria durante uma semana. Quem me conhece sabe que não sou econômico nas palavras, mas aqui não é o momento para isso. Vou tentar ser bem objetivo.

Falar da precarização do trabalho, falar da comemoração dos 70 anos da CLT e, da nova redação da Súmula 277, realmente dava para fazer um tratado, dava para a gente fazer um curso de mestrado orientado pela Ministra Kátia Arruda e, quem sabe, fazer uma obra de peso.

O Ministério Público do Trabalho tem tido uma atuação muito firme quando se trata de combater não só irregularidades, mas também abusos, exploração do trabalho. Eu vou apresentar aqui algumas questões rapidamente, mas, antes,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	7

Deputado Chico Vigilante, quero pedir permissão ao Senhor, presidente dos trabalhos, para fazer uma homenagem singela, mas uma homenagem que não posso deixar de fazer.

Na semana passada, o sindicalista José Ibrahim nos deixou. José Ibrahim, com 21 anos, foi diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco e liderou a primeira greve dos trabalhadores durante o período da ditadura militar. José Ibrahim teve uma trajetória de defesa do trabalhador, de defesa do direito de trabalho, de defesa das garantias que hoje nós temos esculpidas na Constituição da República. O legislador constituinte de 1988 garantiu a todos os trabalhadores o direito de greve, mas naquele momento em que José Ibrahim participava e dirigia a greve dos metalúrgicos em São Paulo, a greve era proibida. No Brasil, a greve, em determinado momento, chegou a ser definida como crime. Então, José Ibrahim depois acabou sendo trocado pelo embaixador dos Estados Unidos, houve aquela fotografia, que ficou famosa, e como tantos militantes naquele momento, o Ibrahim também deixou o País, foi preso, foi torturado, voltou, ajudou na organização de várias centrais sindicais, como a CUT, e agora, ultimamente, vinha trabalhando na diretoria da UGT. Então, registro aqui singelamente a minha homenagem ao sindicalista José Ibrahim.

Algumas pessoas perguntam se há o que comemorar ao completar 70 anos da Consolidação das Leis do Trabalho. Eu observo que nós estamos prestes a cometer uma das maiores ofensas à CLT. Nós estamos às vésperas de rasgar os artigos 2º e 3º da Consolidação das Leis do Trabalho, a grande garantia do trabalhador brasileiro.

Nos artigos 2º e 3º, a legislação define o que é empregado e o que é empregador, e dali para frente, constrói-se toda uma estrutura de respeito, toda uma estrutura de garantia de direitos. Costuma-se dizer na rua, lá fora, que não há almoço grátis. E não há mesmo. Se nós temos hoje essa condição, se nós temos um elenco de direitos na legislação, não foi a título de uma benesse, não foi uma bondade, foi conquista. Muitos trabalhadores morreram, muitos trabalhadores deixaram, ao longo de todos esses anos, uma história sofrida de sangue, de suor, de desespero, para que nós chegássemos a construir uma legislação garantidora do direito do trabalhador. Porque o direito do trabalho é assim, o direito do trabalho é intuitivo, é eminentemente de proteção. Proteção de quem? Proteção de quem não quer trabalhar? Claro que não. Proteção de quem está enrolando? Claro que não. Mas, a proteção que traz o equilíbrio jurídico. É isto que o direito do trabalho traz: um equilíbrio jurídico em relação a pessoas que jamais estarão iguais social e economicamente. Falar em igualdade social e econômica entre patrão e empregado é coisa da revolução. Então, vamos discutir em outro lugar. Não é a tarefa, não é o que propõe o direito do trabalho. O direito do trabalho se propõe a estabelecer uma linha de proteção e de igualdade jurídica. Nós estamos prestes a jogar isso no lixo. Tramita no Congresso Nacional uma proposta que objetiva regular o que se chama



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	8

de terceirização. A proposta que está tramitando no Congresso Nacional vai rasgar os arts. 2º e 3º da Consolidação das Leis do Trabalho. Nós vamos desconstituir, nós vamos desconsiderar o que é relação de emprego e permitir terceirização em toda e qualquer relação. Nós vamos abandonar o grande patrimônio do trabalhador. Será talvez o segundo momento em que o trabalhador perderá significativamente. O primeiro foi em 1966, 1967 com a Lei do Fundo de Garantia, quando o trabalhador perdeu a estabilidade. E agora perderá a garantia de ter uma relação de emprego regulamentada, formalizada. Porque se permitirá uma verdadeira balburdia nas relações de emprego. É preciso ter atenção a essa questão.

Outra questão que me leva a ponderar e a refletir é que... Creio que a CLT não merece isso, essa velha senhora não merece neste momento uma ofensa tão grande. Nós temos casos ainda, situações, vejam, há rincões neste País em que esse direito do trabalho, em que essa garantia legal ainda não chegou. E nós aqui nos grandes centros estamos tratando de jogar essa garantia no lixo.

Nós precisamos é avançar, eliminar o trabalho escravo contemporâneo. Nós precisamos deixar bem claro que criança não pode trabalhar. Nós precisamos deixar bem claro que o adolescente tem direito a uma formação e não a ir precocemente para o mercado de trabalho e acabar com a vida dele no futuro. O Ministério Público do Trabalho tem atuado e tem atuado de forma eficaz. Poucas instituições no mundo, no mundo, têm obtido o reconhecimento, quando se trata de erradicar o trabalho escravo contemporâneo, erradicar o trabalho infantil, como o Ministério Público do Trabalho. As nossas ações servem de exemplo para inúmeros países mundo afora. Não é à toa que o Brasil vem sendo citado regularmente nos relatórios da Organização Internacional do Trabalho quando se trata de erradicar o trabalho escravo contemporâneo, erradicar o trabalho infantil. Nós precisamos seguir nessa seara.

Eu leio, eu não sou economista. Eu sou um simples bacharel em direito, mas eu leio no jornal que o Brasil passa por um período que eu vou chamar de estabilidade. Eu vou dizer que no Brasil nós temos um momento de pleno emprego, porque é isso que eu leio no jornal. Repito, eu não sou economista. Agora, leio no jornal que nós passamos por um período de pleno emprego. Ainda ontem, a Organização Internacional do Trabalho divulgou um estudo sobre o trabalho dos jovens, Ministra Kátia, no qual aponta que em alguns países do mundo, em especial Grécia e Espanha, mais de 50% da população de 15 a 24 anos estão desempregados. Então, o Brasil está a salvo, pelo menos por enquanto, dessa situação mais grave. E por que o Brasil está a salvo dessa situação mais grave? Também leio sobre isso nos jornais, dito pelos economistas, que o Brasil está a salvo dessa situação mais grave não por conta da enorme oferta de crédito, mas por haver empregos formais e o crescimento desses empregos a cada ano. É isso o que vem



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	9

nos sustentando. E vamos começar, agora, a rasgar essa garantia ao eliminar os arts. 2º e 3º da Consolidação das Leis do Trabalho.

Solicito também a S.Exa., Deputado Chico Vigilante, uma palavrinha sobre a redação da Súmula nº 277 do Tribunal Superior do Trabalho. Talvez a Ministra Kátia e o Desembargador Mário Caron possam me socorrer, se eu estiver aqui falando uma grande bobagem, mas a mim parece que um dos grandes avanços da Semana da Jurisprudência organizada no Tribunal Superior do Trabalho em setembro do ano passado foi a nova redação da Súmula nº 277. Já ouvi dizer também que essa redação irá trazer um grande prejuízo para os trabalhadores. Já ouvi dizer que essa redação traz um grande desassossego entre os empregadores, e eu quero dizer que eu não concordo com nada disso. A nova redação da Súmula nº 277 do Tribunal Superior do Trabalho, Desembargador Mário Caron, nada mais, nada menos, dá a interpretação adequada ao dispositivo da Constituição da República inserido pela Emenda nº 45, de dezembro de 2004. Porque ali já estava garantido desde dezembro de 2004, Constituição da República, Emenda nº 45, que a negociação coletiva deve respeitar os benefícios já inseridos nas normas coletivas em vigor. Então, como desconhecer um dispositivo da Constituição da República? A Súmula nº 277 apresenta exatamente a leitura do Tribunal Superior do Trabalho em relação ao dispositivo da Constituição da República: “Ah mas, então, iremos observar agora que não haverá mais negociação coletiva, por que para onde irá a negociação coletiva se todos os benefícios já estão definidos, lançados na norma coletiva em vigor?” Isso é imaginar que iremos parar no tempo, para começo de assunto. Dizer isso é imaginar que não temos um dia a dia, um cotidiano, dinâmico, que não temos novas situações, novos interesses que surgem a cada dia. Isso é imaginar que iremos, agora, entrar em uma situação de paralisia absoluta. Isso é imaginar que trabalhadores e empresários no momento de construir suas relações também estarão parados no tempo, que eles não estarão atentos às questões que irão acontecer cotidianamente e que influirão diretamente no processo de negociação coletiva. E, mais além, é imaginar que os trabalhadores no momento da negociação, junto com os empregadores, serão absolutamente inflexíveis e vão caminhar como se não quisessem participar desse processo. Perdoem-me, mas não consigo enxergar dessa forma. Eu não consigo enxergar essa estagnação. Quero enxergar um crescimento constante. Quero enxergar novas conquistas, e não só para os trabalhadores, mas também para o setor produtivo. Porque negociação, até onde aprendi na faculdade, até onde aprendi advogando em sindicato, é uma via de mão dupla. Todos queremos conquistar algumas coisas, tanto trabalhadores quanto empresários. Não é possível se pensar em negociação coletiva se não houver essa troca, se não houver esse avanço, esse recuo, essa ida. Esse é um processo natural, dialético, em que vamos construir mais avanços ainda. Saúdo de forma efusiva o Tribunal Superior do Trabalho, porque registrou um avanço com a nova redação da Súmula nº 277.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	10

Para concluir, um pedido, uma súplica a um auditório como esse, repleto de sindicalistas: nós precisamos ter uma atenção especial em relação à Convenção nº 87 da Organização Internacional do Trabalho. O único capítulo da CLT – isso foi dito pelo mestre Arnaldo Süssekind, falecido ano passado, que participou da comissão que consolidou a legislação; ele disse isso diversas vezes –, baseado em uma linha fascista, corporativa, baseado na Carta del Lavoro, do fascismo italiano, é exatamente o capítulo que trata do direito coletivo do trabalho.

Nós vivemos outros tempos. Nós não podemos, com os desafios que se nos apresentam, continuar com uma legislação que não atende a necessidade não só de trabalhadores, mas uma necessidade social. É preciso partir e enfrentar essa discussão. Ninguém está propondo uma situação de pluralismo. O que está se propondo – é bom que se diga isso com todas as letras – é liberdade sindical. Eu não posso concordar é com o Estado dizendo como o trabalhador vai se organizar, é com o Estado dizendo como o empresário vai se organizar, porque é isso que nós temos. E onde nós paramos? Nós avançamos, demos um passo à frente, em 1988, quando o legislador apontou que o Estado não se mete mais, o Estado não interfere mais. Como, se foi mantida a unicidade sindical? Depois o Supremo Tribunal Federal vem e decreta que o Ministério do Trabalho e Emprego terá a responsabilidade de zelar pela unicidade sindical. Aonde nós fomos? Nós não saímos do lugar. Nós continuamos com o Estado interferindo na organização sindical. Pior: sem a Comissão de Enquadramento Sindical. Nós estamos em uma situação pior do que estávamos em 5 de outubro de 1988, porque a Comissão de Enquadramento Sindical foi extinta. Criou-se um cadastro de entidades sindicais. Como se entra e sai desse cadastro? Perdoem-me. Nós precisamos avançar. Nós só vamos avançar com a ratificação da Convenção nº 87 e com a organização realmente livre. Se o trabalhador quiser se organizar em um sindicato, ele se organize em um sindicato. É decisão dele, trabalhador, e não do Estado. Mas se o trabalhador quiser, por exemplo, se organizar em sindicato por empresa, ele assume a responsabilidade. Acho que já acabou, já passou esse tempo de paternalismo de se ficar tomando conta de trabalhador. Trabalhador sabe o que quer. Nós precisamos dar um passo à frente. Esse passo à frente virá com a ratificação da Convenção nº 87 da OIT para que tenhamos efetivamente uma estrutura de liberdade sindical.

Agradeço mais uma vez, Deputado Chico Vigilante, a oportunidade. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Dr. Luís Antônio Camargo de Melo, Procurador-Geral do Trabalho.

Quero comunicar a todos vocês que toda esta comissão geral está sendo gravada. Depois vamos preparar um vídeo e disponibilizar para o movimento sindical. Teremos um belo vídeo disponibilizado para todos, até para vocês exibirem nos sindicatos para aqueles que não puderam comparecer hoje. Também está sendo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	11

documentada pela nossa Taquigrafia da Câmara Legislativa. Depois teremos o relatório perfeito de tudo o que foi falado aqui, porque o nosso corpo de taquigrafia desta Casa não perdoa nem as vírgulas. Por isso, tudo estará aí. É um pessoal da mais alta competência.

Quero registrar a presença do Vice-Presidente da Câmara Legislativa, Deputado Agaciel Maia. Eu vou passar a palavra à Dra. Kátia e depois passarei a palavra ao Deputado para fazer uma saudação.

Concedo a palavra à Ministra Kátia Magalhães Arruda, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho.

SRA. KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA – Boa tarde a todos, é um prazer enorme estar aqui. Quero agradecer o convite do nobre Deputado Chico Vigilante. É uma oportunidade ímpar esta que estamos vivendo agora de poder conversar, discutir, nos conhecer, inclusive, tratando de temas tão relevantes para o mundo, para o Brasil, principalmente quando se trata de precarização do trabalho. Faço minha saudação especial aos componentes da Mesa: Deputado Chico Vigilante; Dr. Camargo, do Ministério Público; Dr. Caron, do TRT da 10ª Região; Dr. Roberto Miguel; Geralda Godinho; Rosilene Corrêa. Deixo minha saudação ao Deputado Olair Francisco, que estava aqui agora há pouco, ao nosso Vice-Presidente, Deputado Agaciel Maia; vi também o Deputado Cláudio Abrantes em algum momento. Deixo principalmente a minha saudação a todos vocês que me escutam neste momento, sindicalistas e ouvintes.

Eu me propus a falar sobre o tema precarização do trabalho nos 70 anos da CLT porque muito avanço foi feito em relação ao Direito do Trabalho, mas, muitas vezes, nós esquecemos as lacunas, os abismos que ainda persistem. Então eu coloquei alguns tópicos para que nós pudéssemos analisar. Um é o tópico referente a desemprego e trabalho informal – de que, inclusive, nem vou mais falar porque o Deputado Chico Vigilante arrancou a minha fala sem saber anteriormente, não combinamos. Então esse seria um tema. Os outros são terceirização, trabalho infantil, acidente de trabalho e trabalho escravo. Os senhores vão poder acompanhar no painel todas as questões principais que eu vou tratar.

Começando no tópico desemprego e trabalho informal, eu vou pontuar algumas questões até para que, depois, no debate, nós possamos aprofundar e discutir. De fato, todas as vezes que nós falamos em trabalho informal, nós atrelamos esse conceito ao de trabalho precário, e, quando falamos no trabalho formal, é como se ele não fosse precário. Com o exemplo que foi dado, da cabine do vigilante, vemos que essa não é a realidade que nós vivemos no Brasil. Muitas vezes, o trabalho informal pode ser um trabalho com algum tipo de contorno, embora nem sempre o tenha, e muitas vezes o trabalho formal também é trabalho precário, dependendo das circunstâncias com as quais ele se apresenta.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	12

Então nós vemos pelos dados – esses dados são da Fundação Getúlio Vargas – que os trabalhadores informais representam 22,2% do total de empregados, considerados os empregados formais e informais. Segundo o IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, há um crescimento de 43,5% no emprego formal nos últimos anos, mas ainda há a precarização circulando esse emprego formal. Nós colocamos aí apenas um exemplo para que possamos situar: esse trabalho precarizado às vezes acontece com grandes artistas de televisão.

Um dia desses, eu tive oportunidade de ouvir o Francisco Cuoco, que acho que todo mundo aqui conhece. Um dia desses, eu fui dar uma palestra para os adolescentes e fiquei toda errada porque ninguém conhecia o Francisco Cuoco. Eu me senti tão mal! Enfim, eu ouvi o Francisco Cuoco dizer que não é mais contratado. Ele é PJ. Ele virou uma pessoa jurídica e presta serviços com o risco para ele, não para a empresa. Então, não sei se essa realidade persiste, mas há uma crescente pejotização, que alguns estudiosos chamam de “a empresa do eu sozinho”. Quer dizer, eu invisto, eu me ocupo. Também, se não der certo, já viu o que acontece com ele. Essa pejotização é prevista na Lei nº 11.196, no art. 129, que possibilita a prestação de serviços tanto intelectuais como artísticos de pessoa jurídica.

Fora isso, há um tema que permeia o desemprego, o trabalho formal e o trabalho informal, que é a terceirização, já citada agora há pouco. Esses índices que vocês estão vendo são de uma pesquisa que foi feita pelo DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, então uma fonte segura, de como a terceirização pode trazer a precarização do trabalho. Se vocês acompanharem, segundo essa pesquisa, a precarização traz em torno de 72% de diminuição dos benefícios sociais. Os salários são mais baixos do que os dos empregados comuns em torno de 67,5%.

A ausência de equipamentos de proteção, falta de segurança e insalubridade, esse índice está 2,5%, mas, sinceramente, quando nós formos estudar acidentes de trabalho, vocês vão perceber que eu acho que esse índice não está bem colocado; mas, enfim, é o índice que está aí. Representa em torno de 17,5% o trabalho menos qualificado; sem registro, 7,5%; perda de representação sindical, 5%; e jornadas mais extensas, 5%.

O que a terceirização pode trazer de análise para todos nós? Segundo um seminário que aconteceu no Tribunal Superior do Trabalho, há cerca de um ano e meio, existem alguns parâmetros para análise na terceirização. Um deles é o respeito aos requisitos atuais de licitude, a compreensão de que a terceirização só poderia ser feita na atividade-meio e não na atividade-fim e que mesmo os empregados terceirizados têm direito à igualdade ou à isonomia de direitos, o que mais uma vez foi dito aqui quando se falou do elevador. Isso aí seria, na verdade, o mínimo, porque, na maioria das vezes, eles não têm direito a nada mesmo. Então, a ideia é



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	13

que, mesmo havendo a terceirização, esses respeitos e essa isonomia sejam mantidos.

Outra discussão é se a responsabilidade das empresas que terceirizam seria uma responsabilidade solidária ou subsidiária, ou seja, se eu sou contratado por uma empresa x, e, por sua vez, essa empresa é contratada pela empresa y, aquela empresa maior é responsável pelo não pagamento dos salários dos empregados terceirizados?

Hoje o entendimento do Tribunal Superior do Trabalho é que, se a terceirização for legal, ela responde subsidiariamente, ou seja, ela só paga se aquela empresa para a qual o empregado foi diretamente contratado não assumir aquele pagamento. Mas, se a terceirização for ilícita, ela é solidariamente responsável. O que significa isso? Elas respondem em igual medida: a empresa que contrata e a empresa tomadora, ou seja, aquela empresa maior.

Outro aspecto que é importante quando se analisa a terceirização é a proteção ao meio ambiente, por isso é que, no item seguinte, eu coloquei meio ambiente de trabalho protegido pelo tomador e pela empresa prestadora de serviço. Há alguns dados que são chocantes em relação à terceirização. Eu vou citar apenas o caso que ficou muito conhecido no nosso seminário, que foi o caso Petrobrás.

A Petrobrás é a grande empresa do Brasil. No passado, milhares de pessoas foram às ruas defendendo a Petrobrás e “o petróleo é nosso”. Mas apenas para que vocês vejam como há uma distorção, a Petrobrás tem hoje, ou tinha até seis meses atrás, quando eu fiz a pesquisa, 76.719 empregados. Uma boa quantidade de empregados, que esperamos que sejam o mais eficiente possível. Só que ela tem 295 mil terceirizados. Então, isso chama a nossa atenção. Quer dizer, empregados diretos são 76 mil, e empregados terceirizados, 295 mil.

Outro dado que chama a atenção é que 90% dos acidentes de trabalho ocorridos na Petrobrás alcançam os empregados terceirizados e não os empregados diretos. Existe uma folhinha – eu até andava com ela há pouco tempo – da Cemig, que é uma empresa de Minas Gerais. A Cemig é uma empresa que me chama à consciência todos os meses porque todos os meses o sindicato dela manda uma folhinha para o TST dizendo quantos trabalhadores morreram naquele mês. Chega a ser chocante, e as reações são as mais diversas possíveis. Eu guardo as minhas folhinhas, há quem jogue fora, e há quem aproveite para falar nos seminários. Isso é para que vocês possam ter uma dimensão de que a terceirização precisa ser mais bem avaliada, regulada e discutida no nosso País.

No Brasil, infelizmente, os resultados da terceirização não são tão produtivos como o que algumas pessoas defendem que aconteceria em outros países porque no Brasil, segundo as pesquisas, a terceirização aumenta a precarização, fragmenta a categoria – porque impede uma melhor organização dos trabalhadores – e tem sido



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	14

responsável por grandes acidentes de trabalho. Não há um treinamento adequado para o servidor terceirizado como há para o servidor normal, típico, trabalhador direto.

Outro ponto que merece destaque quando nós falamos em precarização – eu até pedi que distribuíssem alguns panfletos, esse trabalho é um trabalho da Comissão Nacional de Combate ao Trabalho Infantil do Tribunal Superior do Trabalho, mas é quase inacreditável como o nosso País ainda tem tão fortemente essa chaga – é a questão do trabalho infantil. Eu peguei um dado que demonstra o seguinte: em 1990, em torno de 5 milhões de crianças brasileiras, entre 5 a 14 anos, trabalhavam. Hoje esse dado mudou, porque o índice maior agora é entre 12 e 17 anos, mas continua um índice muito alto, embora todo o nosso arcabouço legislativo, toda a nossa legislação fale de proteção à criança. Estou citando a Emenda Constitucional nº 20, que diz que a idade é de 16 anos para o trabalho, sendo que entre 14 e 16 na condição de aprendiz.

A despeito disso, calcula-se que no Brasil em torno de um milhão de crianças continuam sendo vítimas de exploração – esse é um dado mais recente, de 2007. Pela mesma pesquisa calcula-se que o maior percentual é de negros, pardos, oriundos das áreas rurais, em torno de 60%, e do Norte e Nordeste. E no caso dos trabalhadores urbanos, o maior centro de trabalho infantil seria a região Sul e Sudeste, particularmente o Estado de São Paulo.

Quais as repercussões desse trabalho infantil? Inúmeras. As mais diversas, e acho que aqui não adianta a gente ficar falando muito, porque o tempo não comporta, mas apenas citei algumas: a questão do abandono da escola, para que vocês tenham uma noção, 46,3% das crianças que trabalham têm menos de quatro anos de estudo; deficiência física e motora, nós pegamos várias pesquisas com crianças carregando 30 quilos de argila nas costas, então hoje elas são deficientes; crianças com os dedos decepados, crianças que trabalham no sal perdem todas as digitais, crianças que trabalham com os cristais perdem os dedos para fazer o trabalho do cristal; além disso, causa uma desestrutura emocional, porque ela perde o direito à infância.

Minha saudação especial: há uma criança presente nesta comissão.

Gera uma mão de obra desqualificada, porque o Brasil fala em desenvolvimento o tempo inteiro, mas quem é que vai contribuir com esse desenvolvimento, se a nossa mão de obra está sendo feita por crianças, que não tem condição físico-motora ou psicológica para esse trabalho? Essas crianças vão para onde? Para o trabalho informal, para o trabalho precário. Elas vão para esse trabalho que nós estamos tentando combater.

É interessante que o Brasil ratificou a Convenção 182, da Organização Internacional do Trabalho, que trata das piores formas de trabalho infantil. Essa



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	15

Convenção é um dado histórico no mundo. Ela foi aprovada por unanimidade, por todos os países membros que estavam presentes à Convenção. Mas isso não faz com que ela seja efetiva. Por quê? Existe uma diferença entre o que está na norma e o que está no mundo. Muitas vezes a norma é importante, bonita, mas nós não conseguimos fazer com que ela se torne presente no mundo real.

Então, essa Convenção foi aprovada por unanimidade, ela foi ratificada por 95% dos países membros, e, no entanto, existem dados alarmantes, ainda. Para que vocês tenham uma noção: o Brasil assinou um protocolo internacional com compromisso de erradicar o trabalho infantil até 2016. Então, está pertinho de erradicarmos, na teoria, o trabalho infantil, mas essa não serve para a gente, nós queremos a erradicação real, a erradicação na prática. Existem, segundo a Convenção da OIT, e segundo o decreto que a regulamenta no Brasil, algumas formas que são as formas mais chocantes de trabalho infantil.

Isso é uma piada que eu vi na *internet*, porque hoje só se fala em TI – Tecnologia de Informação, mas aí o chargista colocou: temos vagas na área de TI. Só que era Trabalho Infantil. Para ver como tudo isso nos choca.

Em relação ao trabalho forçado de crianças: agora em 2009, 66 crianças foram libertadas nos grupos da Delegacia Regional do Trabalho – agora em 2009 –, todas com menos de 18 anos. Esses dados são da própria Delegacia do Trabalho e da Comissão Pastoral da Terra.

Outro ponto importante que é vinculado à pior forma de trabalho infantil é a exploração sexual de crianças e adolescentes. Obviamente nós não pudemos colocar imagens das crianças. Então, isso aí é apenas uma ilustração de uma criança chorando, que perdeu sua infância. Os dados também são bem difíceis. Nos últimos sete anos, 3.251 crianças e adolescentes foram retirados de situação de risco nas rodovias pela Polícia Federal e pela Polícia Rodoviária. A OIT calcula que, no Brasil, existam cerca de cem mil crianças e adolescentes em situação de risco ou exploradas sexualmente.

Outro dado bem chocante em relação à exploração de crianças, que também está nas piores formas e que nós precisamos combater é o uso de crianças para atividades ilícitas, em especial o narcotráfico. Há uma pesquisa importante no Rio de Janeiro que diz que 67,5% das crianças entram para o tráfico de drogas, ou narcotráfico, com menos de 13 anos de idade. Treze anos de idade! Isso dói no coração de quem tem filho ou neto.

De todos esses casos de que nós falamos, exploração sexual de criança, trabalho forçado, uso de criança em narcotráfico, o Brasil tem denúncia. O único caso de que o Brasil, se eu não me engano, não tem denúncia é o próximo, que é o recrutamento de crianças para conflitos armados. Essa imagem, eu fotografei na Organização Internacional do Trabalho, é de uma campanha em um país africano,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	16

cuja ideia era tirar a criança da milícia através da cultura e da arte. Por isso, a criança está com um violão.

Uma forma que é considerada a pior forma de trabalho infantil – aliás, são várias formas – é o trabalho prejudicial à saúde e à segurança. Aí eu coloquei várias imagens. Existe uma criança numa carvoaria e outra num lixão carregando toneladas de lixo – dá para vocês perceberem aí. Existem crianças em pedreiras – essas crianças devem ter 5, 6 anos de idade, são crianças bem pequenas. E a última é de um trabalho infantil que é considerado pelo Brasil como uma das piores formas, mas que, na maioria dos estados, não tem tido essa repercussão, que é o trabalho infantil doméstico.

Por que o trabalho infantil doméstico é considerado entre as piores formas? Porque é um trabalho invisível. A criança entra na casa, e você não sabe o que acontece lá dentro. Ela pode estar servindo a todo tipo de loucura dos donos, ou todo tipo de trabalho pesado, ou todo tipo de... Enfim, é um trabalho que os autores chamam de invisível. E 20% das meninas que trabalham são domésticas na idade entre 10 e 12 anos.

Mudando para outro tópico – eu disse que nós iríamos falar de alguns tópicos de precarização do trabalho –, nós temos aqui um vídeo de trabalho infantil da Organização Internacional do Trabalho.

(Apresentação de vídeo.)

SRA. KÁTIA MAGALHÃES ARRUDA – A última pergunta que fica é: você se juntaria a nós? Então, essa é a pergunta que faremos ao final da exposição, porque estamos no momento certo, junto com os sindicalistas, junto com os Deputados, com o Ministério Público.

Vamos passar para o outro tópico, que é o de acidentes de trabalho. Esse é um tópico que chama muito a nossa atenção, porque atinge muitos trabalhadores brasileiros.

De 2011, para que os senhores e as senhoras possam ter uma ideia, os dados são: 711.164 pessoas foram acidentadas no Brasil em acidentes de trabalho, sendo que quase quinze mil dessas pessoas tiveram incapacidade permanente e 2.884 pessoas morreram. Apenas para que possamos ter uma noção... Às vezes, comparar é importante. Os aviões costumam ter cem, cento e cinquenta passageiros. Então, quando cai um avião, há uma comoção no Brasil. Fica todo mundo assistindo à televisão. Aquilo nos choca muito, é triste. Caem dez aviões por ano no Brasil de trabalhadores mortos. Apenas para que possamos fazer uma alegoria, porque o número é muito alto. São quase três mil trabalhadores que saem das suas casas, despedem-se dos seus filhos, falam com a sua família e morrem no trabalho. Em Brasília – eu peguei esse dado de um jornal, de uma publicação recente, salvo



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	17

engano, do dia 1º de maio –, só em 2012, dezessete operários foram mortos na construção civil, e 65 ficaram lesionados. Aliás, o Distrito Federal é a terceira unidade da federação com o maior índice de acidentes de trabalho com crianças. Só perde para São Paulo e Paraná. Inclusive, nos últimos cinco anos, 1.588 acidentes graves ou fatais envolveram crianças. Então, são dados que também têm a ver com o nosso Distrito Federal.

Esse mapa, eu tirei de um jornal de grande circulação aqui de Brasília. Eu procurei fazer um trabalho apresentando dados da melhor maneira para os senhores e para as senhoras, mas é um mapa de acidentes de trabalho. Não vale muito à pena. É apenas para que vocês tenham conhecimento.

Nesse aqui, de acidentes de trabalho, está o Distrito Federal. Não está dando para enxergar direito. A terceira coluna é o Distrito Federal e mostra inclusive que o maior número de acidentes no Distrito Federal acontece na área de transportes e construção civil. Depois, descendo, veem-se quais são as principais áreas de acidentes de trabalho.

A jurisprudência do Tribunal Superior do Trabalho sobre o tema, que tem avançado bastante nesse sentido e que dá estabilidade provisória no acidente de trabalho, prevista no art. 118 da Lei 8.213, considera constitucional e estabelece os pressupostos.

Eu vou começar a correr, porque o relógio está marcando quase 17h e todos os meus colegas da Mesa ainda precisam falar. Então, outro tema é o trabalho forçado. Essa imagem, eu trouxe porque essa parte de cima são trabalhadores sendo levados para carvoarias. Então, vejam as condições em que se encontram esses trabalhadores. Pior do que gado! Embaixo, essa água que está aí é água para o trabalhador beber. Esses dedos que vocês estão vendo lesionados e segurando um copo são dedos de um adolescente. Então, essa é a imagem do trabalho forçado no Brasil, a despeito de o Brasil ratificar todas as convenções internacionais de proteção e de combate ao trabalho forçado, tanto a Convenção nº 29, que é de 1930, como a Convenção nº 105, que é de 1957, que definem o trabalho forçado como “o trabalho executado involuntariamente, com ausência ou fraude no consentimento e sob ameaça de alguma pena”. Essa pena não precisa ser o grilhão do escravo antigo. Essa pena pode ser violência, punição financeira, perda de direitos, ameaças. Então, a violência está presente também nesse momento.

Entre 2003 e 2010, foram resgatadas 32.986 pessoas em situação de trabalho forçado no Brasil. É bem verdade que, segundo a própria Organização Internacional do Trabalho, o Brasil já cumpriu em torno de 68% das suas metas em relação ao trabalho forçado, mas sempre nos surpreendemos ao abrirmos o jornal ou ao recebermos denúncias envolvendo trabalho forçado. Eu mesma tive a oportunidade, quando era juíza do trabalho no Maranhão, de participar de um



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	18

juízo – não fui eu que julguei; foi um colega – no qual aconteceu uma situação que vou narrar aqui para vocês. O empregador, o dono da fazenda, estava muito chateado com o empregado e ele se virou para o meu colega e disse: “Olha, doutor, você pensa que ele é bonzinho, mas ele matou o meu gado de sede”, referindo-se ao trabalhador. E, aí, naquele momento, o juiz perguntou: “Como ele matou o seu gado de sede?” “Ele bebeu a água. A água que estava para o meu gado, ele bebeu e deixou o meu gado morrendo de sede”. Aí, ele se virou para o trabalhador e perguntou: “O que foi que aconteceu? O senhor matou o gado de sede?” O trabalhador disse: “Não, doutor. É que a água que o gado bebia era muito mais limpa do que a nossa. Então, nós fomos lá e bebemos a água do gado”. Isso é apenas para que vocês percebam o que é não ter noção de dignidade humana e tratar o ser humano como se fossem bichos. Aliás, nem bichos, porque os bichos também merecem proteção. Isso é não ter noção de dignidade, de direitos sociais, de cidadania.

As estatísticas do trabalho escravo no Brasil são bem sufocantes. Por exemplo, há os dados anuais, que vão de 2003 a 2010. Então, são várias denúncias o tempo todo. A Delegacia Regional do Trabalho e o Ministério Público do Trabalho recebem denúncias de trabalho escravo ou trabalho forçado.

No gráfico seguinte, há o principal *ranking* de trabalhadores envolvidos e os estados que são os piores em relação a trabalho forçado. Vemos aí que o Estado do Maranhão, infelizmente, está entre esses estados, assim como o Pará, Tocantins, Paraíba e, lá no ano de 2010, Goiás, com casos de trabalho forçado, entre os principais *rankings*, o que a gente não espera, mas está presente.

Separei esta frase, porque é preciso fazer uma reflexão sobre todos esses dados de que estamos falando, acidente de trabalho, trabalho infantil, trabalho forçado e terceirização. Esta frase do Nelson Mandela, ao meu ver, situa um pouco isso. Ela diz: “Democracia com fome, sem educação e saúde para a maioria é uma concha vazia”. O que nós queremos? Que os nossos direitos, a nossa CLT, que está fazendo 70 anos, e, sobretudo, a nossa Constituição Federal não sejam uma concha vazia. E disso vai depender e muito a nossa participação, a forma como operamos e trabalhamos, desde a pessoa que limpa a nossa Câmara Legislativa, até os nossos Deputados; desde a pessoa que entra no Tribunal Superior do Trabalho, vigiando os carros, até os ministros. Todos nós temos um papel fundamental nessa discussão. E um dos pontos efetivos e que tem tudo a ver com esta Casa, que é a Casa do povo, é exatamente a realização e a discussão de políticas públicas de combate à precarização do trabalho. Tanto que coloquei essa centopeia aí para dizer o seguinte: o Brasil precisa trabalhar caminhando na mesma direção. Se um pé da centopeia for para um lado e outro pé para o outro, ela não sairá do lugar. Então, quando falamos em precarização do trabalho, temos que envolver trabalhadores, empresas, Deputados, Senadores, ministros, vigilantes, donas de casa, enfim, o Brasil inteiro



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	19

precisa estar envolvido nessa grande campanha da efetivação de políticas públicas. Ou seja, precisamos sair do reconhecimento – porque temos direitos reconhecidos em várias legislações, no País, principalmente em nossa Constituição.

Então, nós temos que passar do reconhecimento para a efetividade desses direitos. Ao falar em efetividade, eu estou citando o artigo 7º da Constituição Federal, que fala dos direitos dos trabalhadores. Quando o art. 7º diz que são direitos dos trabalhadores, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, o que ele está nos dizendo? Está nos dizendo que é preciso melhorar a condição social dos trabalhadores. É nesse sentido que nós temos de caminhar. O patamar civilizatório do Direito do Trabalho serve a esse fim, tanto em relação às normas presentes no Brasil, na CLT, quanto nas convenções internacionais. O Direito do Trabalho inclusive é um mecanismo de construção social dessa igualdade, e nisso temos sempre trabalhado todas as vezes que temos a oportunidade de falar.

Quando falamos em trabalho, estamos falando em que tipo de trabalho? Nós queremos o trabalho precarizado? Nós queremos o trabalho escravo? Nós queremos um trabalho decente. É esse o trabalho pelo qual nós ansiamos.

Esse conceito de trabalho decente é muito bem delimitado pela Organização Internacional do Trabalho. Ele diz que o trabalho decente visa atingir algumas finalidades. Quais são elas? Aí eu explicitarei: ele visa promoção de direitos fundamentais, ele visa geração de mais e melhores empregos. Então, não é só mais, são empregos com qualidade. Ele visa extensão em nossa proteção social e fortalecimento do diálogo social. Nesse fortalecimento do diálogo social encaixa-se a recente mudança da jurisprudência do TST em relação à Súmula 277, porque sem diálogo social nós não conseguimos construir nada.

Veja o papel importantíssimo que os sindicatos brasileiros têm na construção da democracia em nosso País. Como vamos falar em precarização do trabalho, sem sindicatos que atuem em conjunto com esse fim?

E aí, o que acontecia antes? O Dr. Camargo foi muito feliz ao explicitar que as convenções coletivas eram feitas com muito trabalho, muito esforço, horas e horas de negociação. E quando chegavam dois anos, diziam: olha, não valeu nada isso aqui, vamos começar tudo de novo. Era assim que era feito no Brasil antes, e é assim que muitos defendem que seja feito.

A nossa ideia, a ideia do TST hoje é que os direitos que foram consagrados com tanto esforço, com tanto sacrifício, podem ser mudados? Podem. Podem, se for assim a vontade de empregados e empregadores na nova convenção coletiva. Se não, ficam prevalecendo aqueles direitos.

Tem uma frase que um colega disse, uma historinha que ele contou que é da vaca na sala. Ele queria comprar uma televisão, e aí ele disse para a mulher: "Eu



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	20

quero comprar uma televisão”. Ela responde: “Nem pensar, eu não quero uma televisão em minha sala”. Então, um belo dia, ele chegou e colocou uma vaca na sala, e ela perguntou: “O que é isso?” Ele responde: “Você não me deixou comprar uma televisão, eu trouxe uma vaca”. E ela disse: “Pode trazer a televisão”.

O que eu quero dizer com isso? Era assim que era feita a negociação no Brasil. Ao fim de dois anos, o empregador dizia assim: “Bom, se você quiser aumentar o salário, então eu tiro o plano de saúde”. E o trabalhador dizia: “Não, não. Pelo amor de Deus, o plano de saúde, não. Os meus filhos estão abrangidos no plano de saúde, a minha mulher, a minha mãe tem 80 anos. Não, não. Pode dar um salário menor”. Por quê? Porque era assim.

Essa negociação é livre, gente! Muitos falam assim: tem que ter liberdade. Isso é liberdade? Uma liberdade sob coerção? Não é. Então, o que nós estamos propondo? Que as convenções tenham real validade neste País. Para que elas tenham real validade, é importante fazer o quê? Negocie muito. Evitem ir ao Judiciário, porque o que é importante para este País? É aquilo que os trabalhadores e empregadores constroem – isso é importante narrar. Procurem fazer uma convenção boa, um acordo coletivo bom, e se for para mudar alguma cláusula, alguma coisa, vocês farão. Mas farão também por negociação coletiva. Farão também através do diálogo social.

Essas eram algumas palavras e algumas reflexões que eu queria fazer. Não permitam que as convenções coletivas e os acordos coletivos precarizem o trabalho. Hoje mesmo eu estou com um processo em mão que permite o trabalho de adolescentes com 15 anos de idade em atividades perigosas. Isso não é possível! A nossa Constituição não permite isso. Então, procurem através de acordos e convenções melhorar as condições de trabalho, melhorar o desenvolvimento. Desenvolvimento para todos, e não apenas para um grupo pequeno, fechado.

Foi por isso que eu coloquei essa frase do Martin Luther King porque eu acho que é uma pessoa que todos nós admiramos.

Esta aí é a redação da súmula 277 da qual eu já falei, mas pode voltar um pouco. Ela diz: “As cláusulas normativas dos acordos coletivos ou convenções coletivas integram os contratos individuais de trabalho e somente poderão ser modificadas ou suprimidas mediante negociação coletiva de trabalho.”

E por fim vem essa frase do Martin Luther King: “Se soubesse que o mundo se desintegraria amanhã, ainda assim eu plantaria a minha macieira...” Ou seja, ainda assim eu faria a minha parte. “O que me assusta não é a violência de poucos, mas a omissão de muitos. Temos aprendido a voar como pássaros, a nadar como os peixes, mas não aprendemos a sensível arte de viver como irmãos.”

Muito obrigada.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	21

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Dra. Kátia Magalhães Arruda, nossa Ministra do Tribunal Superior do Trabalho. Eu tenho certeza de que depois da exposição do Dr. Camargo e agora da exposição de V.Exa. todo mundo aqui está dizendo: “Valeu a pena ter saído do sindicato e ter vindo ouvir essa aula hoje à tarde.” Tanto é que o Jevalino, que é tesoureiro da Confederação dos Vigilantes do Brasil, veio aqui há pouco e disse: “Nós vamos realizar um congresso este ano e já temos três convidados: Dr. Camargo, Dra. Kátia e Dr. Caron para proferirem palestras lá no congresso.”

Eu vou passar a palavra, para uma saudação breve, ao meu querido amigo, companheiro e Vice-Presidente desta Casa, Deputado Agaciel Maia.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Boa tarde. Deputado Chico, não vou falar de legislação, mesmo porque não estaria habilitado para falar disso. Vou falar um pouco de economia. Vou falar especialmente de uma das bandeiras que eu tenho, que é essa bandeira do menor aprendiz e que agora o Governador Agnelo resolveu assinar para começarmos com cinco mil jovens como menores aprendizes no Distrito Federal com a proposição de chegarmos a 130 mil jovens que vão estudar num horário e no contra turno vão aprender uma profissão.

Pior, muito pior do que estar desempregado é às vezes estar desempregado e drogado. Hoje existe mais esse flagelo que é o de o sujeito além de desempregado enfrentar o problema da droga. E outro muito maior é o problema da marginalização. Da posse do Governador Agnelo até ontem tinham entrado 2.600 pessoas no sistema penitenciário de Brasília, custando aproximadamente R\$ 2.500,00 por mês cada um. Hoje nós temos quase quinze mil presos no sistema da Papuda, sendo que sete mil estão em liberdade condicional.

Foram muitas deformações do ponto de vista econômico que aconteceram no Brasil e nós precisávamos de algumas correções. Por exemplo, existe uma Lei de Responsabilidade Fiscal que foi fundamental para regular principalmente a contratação de pessoal no serviço público brasileiro. Mas era importante que fossem reduzido 1% ou 2% desses percentuais e que esses percentuais se destinassem a formação profissional, principalmente no Programa Menor Aprendiz, que é a oportunidade que o jovem tem de aprender uma profissão e de ingressar no mercado de trabalho. Hoje nós sabemos que existem duas mãos estendidas para o jovem, jovens de quatorze a dezoito anos, que é a época em que se tem mais energia, é a época em que se está começando a namorar, tem vaidade. O jovem assiste a esse programa *Malhação* em que todo mundo aparece com camisa de grife, de tênis bonito, e no Porto Rico, no Sol Nascente, na Estrutural, jovens vão aos pais pedir um tênis ou uma menina, uma jovem pede uma blusa e os pais mal têm dinheiro para pagar o aluguel. E às vezes eles vão bater à porta do comércio, do emprego e eles não têm oportunidade porque essas portas estão fechadas. Mas tem sempre alguém ali, um traficante que diz: “Se você levar umas pedrinhas de *crack*



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	22

para mim, eu te dou esse tênis.” ou “Se você me ajudar a roubar aquele posto de gasolina ou aquela farmácia, eu te dou um tênis.” Então, as mãos que estão estendidas são as mãos que levam à degradação total do ser humano, que são: ou ir para a droga ou ir para a marginalidade. E um presidiário hoje custa cinco vezes mais do que custa basicamente um investimento na formação ou na qualificação profissional de um jovem dessa natureza.

Quando veio a proposta do IPVA zero, eu era da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e falei que queria fazer uma emenda com algumas condições. No IPVA zero, Deputado Chico Vigilante, havia vários segmentos que ganhavam. O que ganha mais é o dono da concessionária porque quanto mais carro ele vende mais dinheiro ele ganha. Ganha também o governo porque, apesar de estar abrindo mão do imposto, e a principal base de arrecadação do governo é combustível... Então, como mais carros estarão andando nas ruas de Brasília, maior será a arrecadação do governo com esse imposto do combustível. Ganha também quem tem o dinheiro para comprar o carro porque vai comprar o carro mais barato.

Agora, quem não é governo, quem não é dono de concessionária e quem não tem o dinheiro vai ganhar o quê? Vai ganhar mais carro na rua, vai passar muito mais tempo dentro desses baús, dentro desses ônibus velhos que nós temos em Brasília – felizmente isso está perto de acabar –, e não existe nenhuma contrapartida social. Então, o que defendo é que nos incentivos seja colocada uma cláusula dizendo que de acordo com o tamanho dessa concessionária, vão ter de ser contratados x menores aprendizes das áreas mais carentes de Brasília. Primeiro é inteligente, é inteligente do ponto de vista do empresário, mas às vezes o empresariado nosso é muito predatório. Ele sempre quer saber do lucro no final do mês. Ele não pensa em perspectiva.

Então, o que acontece? Você, ao levar cem jovens do Porto Rico, da Estrutural, do Sol Nascente, do Por do Sol, do Itapoã para formar em mecânico, lanterneiro, você aumenta a oferta de mão de obra e necessariamente no futuro, tendo maior oferta de mão de obra, você vai reduzir os custos. E foram chamados aqui e assumiram o compromisso, inclusive com o governador, dizendo: “Não, Deputado Agaciel, não precisa fazer isso não. Nós assumimos o compromisso de que nós vamos, se aprovado o IPVA zero, chamar esses jovens. Não precisa fazer essa emenda.” E nós sabemos que não funciona muito bem assim.

Deputado Chico Vigilante, só V.Exa. para trazer tanta gente importante e qualificada aqui, como a Ministra Kátia, como o Dr. Luís Antônio, como o Dr. Mário Macedo, como o Dr. Roberto Miguel, como a Geralda, que conhece profundamente essa área aqui do Sindicon, como também a Dra. Rosilene.

Para todos os incentivos fiscais que o governo desse, teria que ter uma contrapartida social nele. Na maioria das vezes só são negociados quando o pessoal



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	23

vem e diz: “Olhe, se não der essa redução, nós vamos desempregar.” A partir do momento em que o Bolsa Família, essa parte toda assistencialista nossa, que dá resultado... Às vezes, eu sou nordestino, eu sou do Rio Grande do Norte, vivo lá, quando dizem: “Olha, só dá para o menino que vai para a escola”... Eu conheço muitas pessoas da área rural que vão, botam o garoto na escola porque sabem que, se não botarem, não recebem. Poderia nessa assistência social dizer que você vai botar na escola, mas na outra você vai botar no contraturno do garoto. Assim, vai ter condição de se fazer uma qualificação profissional com esse garoto. Não adianta ele estar na escola, completar 18 anos e simplesmente não ter condição de ser inserido no mercado porque não tem qualificação.

Poderíamos, aí seria no âmbito de legislação federal, lutar para que o coeficiente da Lei de Responsabilidade Fiscal fosse reduzido em 2%, dizendo: vocês podem contratar pessoal, tanto efetivo quanto comissionado, mas um percentual desse vai ser reduzido para que as prefeituras do Brasil todo – e são 5.664 prefeituras no Brasil. Você teria esse percentual preenchido com a formação, com a qualificação profissional dos jovens. Teríamos condições de fazer uma grande revolução em termos de trabalho no Brasil, porque nós formaríamos mão de obra. Nesse programa do governador, o Jovem Candango, as pessoas vão trabalhar com carteira assinada. Portanto, eles começam a trabalhar com 16 anos e, com 18 anos, eles já são profissionais, porque passaram dois anos sendo treinados, remunerados. E não tem essa história de chegar aos 18 anos e dizer: “Não, não tenho a experiência profissional”.

Outro aspecto relevante é o aspecto do incentivo à infraestrutura para a criação de emprego. Tão importante quanto atacar o trabalho escravo, o trabalho do menor, é também atacar o problema da geração de emprego, porque nós sabemos que milhões e milhões de brasileiros, a cada mês, entram no mercado de trabalho e precisam ter trabalho. E nós estamos sentindo uma estagnação por falta de investimento em infraestrutura. Alguns indicadores econômicos estão mostrando que está havendo um esgarçamento da geração de emprego, e vai haver. Isso aconteceu na Europa. Temos de criar um incentivo à infraestrutura do Brasil. Não pode agora um empresário pensar que vai chover ou ficar torcendo para que isso ocorra e encha os reservatórios das hidrelétricas, senão vai faltar energia ou ele vai ter que acrescentar um custo porque ele vai deixar de utilizar uma energia de hidrelétrica para termoeletrica, que vai ser muito mais caro. Então, há a necessidade de o governo também focalizar um pouco nessas condições de infraestrutura.

O Brasil hoje, se tivesse infraestrutura montada geraria muitos empregos. Nós perdemos muito tempo. Grandes investidores do mercado internacional, se não fosse pelo atrofiamento dessas economias, principalmente europeia, estariam todos eles investindo no Brasil e gerando empregos, e gerariam empregos de qualidade.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	24

Então, esses dois fatores são fundamentais. Eu acho que o principal é atacar as causas. Acho que combater, como a nossa Ministra falou, é de fundamental importância, mas se atacarmos as causas, principalmente investindo na qualificação e na formação dos nossos jovens, nós vamos mudar o perfil do trabalho no Brasil.

Portanto, quero saudar V. Exa. Já estou cansado de tanto elogiá-lo aqui, V. Exa. que soma toda a experiência de legislador com a experiência sindicalista e tem ensinado muito aos Deputados novinhos aqui, como é o meu caso. Quero parabenizá-lo por essa audiência. Parabenizá-lo por trazer esta Mesa tão seleta. Só V. Exa. tem esse cartaz todo – como diz lá no Nordeste – para trazer tanta gente importante.

Quero saudar todos vocês que estão aqui e pedir que Deus abençoe a todos nós. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado, Deputado Agaciel Maia.

Concedo a palavra a nossa querida amiga, companheira, Secretária de Comunicação do Sindicato dos Professores do Distrito Federal, Sra. Rosilene Correa.

SRA. ROSILENE CORREA – Cumprimento a Mesa na pessoa do meu companheiro e queridíssimo Deputado Chico Vigilante. Boa tarde a todos os meus companheiros e companheiras também aqui presentes.

É um imenso prazer estar aqui, Chico, e, principalmente, muito emocionante. Assim como eu, muitos que estão aqui devem ter se emocionado aqui em alguns momentos. Isso faz com que também a gente repense muito o nosso papel de sindicalistas, o tamanho da nossa responsabilidade com tudo isso e o quanto está em nossas mãos o poder de mudar muita coisa e, mais do que nunca, também da nossa responsabilidade, da nossa organização, porque, sem sombra de dúvidas, tudo que foi dito aqui passa pela organização dos trabalhadores, mostra a força que nós temos com tudo isso.

Falando dos 70 anos da CLT, acho que nós temos, sim, nós, trabalhadores, temos que reconhecer que foi um marco. Para os trabalhadores do Brasil, há um antes e um depois da Consolidação das Leis do Trabalho. É claro que ela tem que ser apenas o mínimo que nós temos como garantia. Por isso, eu falo da nossa responsabilidade porque, a partir disso, é que a gente tem que ter mais, conquistar mais. Isso é apenas o mínimo, por isso, a qualquer ameaça à CLT, nós temos que realmente reagir porque é a nossa garantia mínima.

Sabemos muito bem que todos os avanços, todas as conquistas só se dão, se deram e se darão a partir da nossa organização.

Então, nós temos, olhando para todos esses dados, aí como eu falei, a gente sabe de tudo isso, mas quando você para e – como nós estamos aqui agora – volta a atenção especificamente para esse tema, isso bate mais fundo na gente. A categoria



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	25

dos professores não é uma categoria reconhecida como deveria, mas eu me senti egoísta por pertencer a essa categoria, tendo em vista as condições de desigualdades que nós vivemos no nosso país como um todo. Isso é lamentável.

Temos avançado muito. A gente ouve que o Brasil, na última década, criou 19 milhões de empregos formais. Isso é motivo de comemoração, mas desses 19 milhões, quantos realmente oferecem condições dignas de trabalho? Em quantos desses 19 milhões estão ali aqueles que ficam sem dedo, que ficam cegos, que perderam a vida? Enfim, essa é a reflexão que nós, como trabalhadores e representantes dos trabalhadores, temos que fazer.

No Brasil, com o fim da escravidão – se é que a gente pode dizer isso, não é?...Dia 13 de maio deveria ser uma data a ser comemorada também, mas a gente sabe que a escravidão permanece. Com tudo o que foi colocado aqui hoje, ainda não estamos livres disso, mas esse momento também serviu para essa mudança. Com o fim da escravidão, muitos foram à procura de emprego e, nas condições em que isso ocorreu, houve uma mudança ali nessa lógica que combinou, coincidiu com a Revolução Industrial. Então, houve uma mudança nessa organização de trabalho a partir desse momento.

Agora, a CUT está aqui presente. Que bom. Eu penso que nós temos realmente que combater fortemente qualquer ameaça, como eu disse. Não dá para permitirmos que direitos sejam retirados. Nós não podemos deixar que esse projeto de lei que tramita na Câmara seja aprovado, pelo menos nas condições em que ele está. Isso será um afronta. É derrota para os trabalhadores. Não tem outro termo. É derrota. Infelizmente, temos um Congresso que, na sua maioria, não representa os nossos interesses, por isso corremos um sério risco. Só realmente a nossa organização, a nossa voz pode segurar isso aí.

Aí, Chico, você que acompanha junto conosco sabe, as nossas escolas... Somos servidores públicos, e aparentemente essa precarização não acontece no serviço público, mas acontece, e muito. Nós sofremos nos últimos anos. Agora, estamos começando a avançar com novas nomeações, com o fortalecimento do serviço público, mas temos ainda um altíssimo número de professores no regime de contratação temporária, que, aliás, eu concordo em que tem de existir, mas só nos casos de afastamento temporário. Infelizmente, a realidade é que há professores em regime de contratação temporária ocupando carências que deveriam estar sendo ocupadas por professores que foram aprovados no último concurso e estão na fila aguardando.

Avançamos muito. Eu quero aqui fazer justiça. No atual governo, nós temos outra realidade, mas temos um acúmulo de muitos anos de precarização na educação do Distrito Federal. Nas funções da Carreira de Assistência, de limpeza, percebe-se nitidamente a diferença de relação que existe no ambiente de trabalho.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	26

Eles ficam isolados do todo da escola, não se sentem parte do grupo de trabalhadores. Há mesmo uma relação de imposição e os direitos não lhes são garantidos. Eles não podem adoecer, senão são substituídos. Eu vi isso várias vezes. A pessoa adoecia e você podia esperar. Se apresentou um atestado, quando voltava, três dias depois, não aparecia mais. Não aparecia mais não era porque adoeceu novamente não, é porque ganhou rua mesmo.

Então, essa relação é vergonhosa mesmo. E nós aqui, dirigentes, e quem está à frente disso, os nossos parlamentares, temos essa responsabilidade. Nós temos realmente que reagir a tudo isso. Não podemos deixar que nada ameace os nossos direitos. Temos de andar sempre para frente.

Quando se fala na Súmula 277, que está garantindo... Aí tem que se ter uma preocupação. Eu posso estar enganada, porque temos que garantir a vigência do que foi acordado, mas com o cuidado também de não manter acordos que não são bons, porque tem esse lado também. Por isso, nem sempre essa garantia é absoluta, porque, infelizmente, sabemos quantos sindicatos são criados pura e simplesmente pela estrutura e pelo poder que tem um sindicato, e não para representar os interesses dos trabalhadores. Temos no Brasil muitos exemplos, está aqui o Roberto Miguel, que não me deixa mentir, quantos sindicatos nós temos que, na verdade, envergonham os trabalhadores que eles representam? Na verdade, eles não representam os interesses dos trabalhadores e aceitam qualquer proposta, qualquer negociata, sim, infelizmente. Somos dirigentes, mas sabemos que temos, infelizmente, entidades que de classista não têm muita coisa. É um risco isso, porque é a organização dos trabalhadores que pode dar qualquer garantia. E nós, servidores públicos, temos, por outro lado, um patrão fortíssimo, que é o Estado. A gente tem uma relação no privado que é muito perigosa, o poder do patrão de demitir, inclusive; mas temos também um Estado poderoso, e se não há a organização dos trabalhadores, realmente, ficamos sob ameaça o tempo todo.

Por isso, eu quero encerrar parabenizando por esse momento e agradecendo o convite que recebi. Na hora achei bom, mas pensei: "CLT, mas nós somos servidores públicos..." Mas aí se vê o quanto tudo o que foi colocado aqui é responsabilidade de todos nós. Fico lisonjeada pelo convite e aprendi, como disse o Deputado Chico Vigilante, com uma belíssima aula até agora e tenho certeza de que continuará sendo assim. Serviu muito, companheiros e companheiras, para que a gente realmente sinta e assuma toda nossa responsabilidade nisso e que, cada vez mais, tenhamos a capacidade de organizar nossas categorias e defendê-las como elas merecem. E muito mais do que as nossas, também sendo solidários, sendo irmãos, porque temos muita gente por esse Brasil e por esse mundo afora — demos o exemplo da África, lamentamos muito as condições — por quem podemos fazer muito mais. Com certeza, podemos fazer mais do que estamos fazendo, porque o sentimento com que fiquei é o de que eu faço muito pouco para combater tudo isso.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	27

Vivemos aqui, no Distrito Federal, e nas nossas escolas não temos com tanta evidência a situação do trabalho infantil, que, com certeza, existe, mas temos regiões em que a situação é muito grave, e nós educadores e educadoras, com certeza, temos um papel ainda muito mais especial em tudo isso. Então, encerro agradecendo as presenças e parabenizando todos por estarem aqui, e realmente que a gente leve essa lição para casa. Muito obrigada. (Palmas)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Eu agradeço à companheira Rosilene, que me dizia, com o nosso Procurador, Dr. Luís Antônio Camargo de Melo, que existem 3 mil sindicatos no Brasil que nunca procederam a uma negociação. Três mil que estão lá e nunca fizeram uma negociação na vida. Isso, acredito, que em boa parte é graças a esse maldito imposto sindical, que um dia espero que acabe.

Concedo a palavra ao Dr. Mário Macedo Fernandes Caron, nosso amigo e companheiro Desembargador do Trabalho.

SR. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON – Obrigado. Deputado Chico Vigilante, Ministra Kátia, que é para nós, magistrados trabalhistas, um referencial dentro da justiça social com suas decisões. É gratificante acompanhá-la nos seus julgamentos, poder acompanhá-la na jurisprudência e nos seus votos. Procurador Camargo, meu amigo, que é o ideal, é a ideologia pura, é utópico, só que um utópico que não fica parado, sonhando na utopia, ele põe a utopia para andar. Dr. Roberto, Dra. Geralda, Professora Rosilene, é um prazer estar aqui. Antes, eu considerava muito o Deputado Chico Vigilante, cheguei até a votar nele, mas não vou fazer mais isso não, porque ele me deixou numa enrascada. Deixou falar a Ministra Kátia, o Camargo e, depois, passa-me a palavra. Quer dizer, vou ficar numa situação difícil, você vai ver quando chegar a eleição. Mas eu queria dizer primeiramente que, quando a gente fala na questão de flexibilização dos direitos, me dá uma agonia, uma coceira. Por quê? Gente, o Direito do Trabalho, na minha concepção, é fruto do capitalismo. Não se pensa no Direito do Trabalho, como entendemos hoje, fora do capitalismo. Ele veio justamente como uma válvula de pressão para que o movimento dos operários não atingisse algo maior. Isso é o Direito do Trabalho. Em si ele já traz flexibilização. Nós temos que ter essa noção. Quando pensamos em flexibilizar precarizando mais ainda algo que veio para suavizar? É aquele pininho da panela de pressão que solta aquela fumaçinha quando o assado, o cozido está ficando pronto. É isso! Nada mais que isso. Por isso, nós temos de interpretar o Direito do Trabalho não apenas na CLT. A CLT é um instrumento – vou dizer aqui –, uma velha moderníssima, imitada por outros instrumentos, principalmente na questão processual dentro de um perfil de simplicidade. Infelizmente nós, juízes do trabalho – eu estou envolvido nisso –, ficamos com aquele cacoete de querer aplicar o CPC e nos esquecemos dos nossos



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	28

princípios. E agora o CPC está até mais evoluído que os nossos artigos da CLT e até da própria aplicação.

A Constituição determina princípios que nós temos de estabelecer. Um: a dignidade da pessoa humana, a dignidade do trabalho. Outro: a propriedade é livre, com fim social. Ela não está solta no ar. Está lá na nossa Constituição. Ela tem um objetivo. Qual? Social. Nós temos que tornar efetivos esses princípios, nós temos que espalhar esses princípios para que eles floresçam nesse campo, senão vamos ter um campo lindo, cheio de dunas, maravilhosas – eu não conheço, mas seria como os Lençóis Maranhenses –, mas ali não se planta nada, além de arregalar os olhos. E só. E quem pode apreciar? Quem tem o capital para apreciar. Diante disso, eu vejo que quando você tem direitos mínimos na Constituição aquilo é sagrado. Nós não podemos flexibilizar. Nós temos que defendê-los de qualquer maneira e acrescentarmos outros. É isso o que diz a Constituição. E isso depende da luta sindical. Aí vem uma questão que eu até anotei aqui e ficou como dissídio coletivo. E aqui, ministra, vou sinalizar até um ato de covardia meu. Vou falar de um ato de covardia. Isabel, que fez comigo audiência de conciliação. Jervalino também. Nós trabalhamos lá, não foi, Jervalino? Eu não tinha pressa para fazer. Realmente eu não tinha pressa para fazer uma audiência de conciliação. E por que eu não tinha pressa? Porque eu ainda acho, como a ministra, que as partes têm que encontrar a solução. O dissídio coletivo, no qual o Poder Judiciário está incomodando as duas partes, é em minha opinião ainda um mal necessário. Só que eu entendia o dissídio coletivo como uma interpretação para você crescer mais. Mas infelizmente – aqui uma crítica aos tribunais, inclusive ao TST – você viu que lá naqueles tempos antigos, produtividade de 4% – os mais antigos vão lembrar –, não estava interessando se aquele setor da economia cresceu, diminuiu, abaixou, aumentou. Produtividade era de 4% para o banqueiro do Bradesco e para o banqueiro, dono da banca de jornal. O primeiro banqueiro é o do Bradesco; o segundo é o dono da banca de jornal. Era o mesmo percentual como categoria de empregadores. Depois veio aquela extinção enorme de processos. Todo dissídio coletivo era resolvido da forma mais fácil: extinguir o processo. “Não preenchidos os pressupostos.” O que isso fazia? A categoria fugia do dissídio coletivo, porque era o que acontecia. De repente, vem o TST e começa a julgar os dissídios. Houve uma época em que ele começou a entrar naquelas lacunas em que o empregado não conseguia ter força, o sindicato não conseguia ter força para demover o empregador. E eu me animei. Eu me animei muito.

No meu tribunal, nós temos duas sessões especializadas: uma de mandado de segurança e suspeição, essas coisas assim, e a outra de dissídio coletivo e ação rescisória. Eu tinha antiguidade para escolher qualquer uma das duas. Eu optei, no começo, pelo dissídio coletivo, porque eu acreditava naquele movimento novo. Depois, quando saiu a emenda, Dr. Camargo, da Constituição com essa questão de



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	29

aguardar de comum acordo, eu tive uma interpretação tranquila. É para interpretar um texto constitucional da forma constitucional. Eu não posso interpretar, tenho que aproveitar o texto constitucional. Como posso interpretar um texto constitucional cerceando um princípio básico, que é o acesso à Justiça, que é o direito de ação? Então, eu tenho que interpretar da forma a que hoje, na minha opinião, o TST chegou.

E por que, assim que eu saí da Presidência do Tribunal, Isabel, Jervalino, eu fui para a outra sessão especializada? Porque eu fiquei totalmente não só revoltado, mas decepcionado com essa nova situação, com essa nova jurisprudência. Eu não tinha pressa nenhuma numa tentativa de conciliação. Não tinha mesmo. Sabe o que eu fazia ali? Nada! Eu só sentava e acho que cobrava a paciência dos outros. Os sindicalistas cansavam, eu não, aí eles acabavam tendo que fazer acordo. Mas não era isso, não. Eu deixava que a categoria falasse. Mais do que isso, eu pensava que eles tinham que resolver. E quando saía um acordo – quem está aqui sabe disso, quem fez audiência comigo sabe disso –, eu pedia: “Pelo amor de Deus, não peçam para o tribunal homologar, porque, se o tribunal for analisar, vai cortar um monte de coisas que vocês estão fazendo aqui agora, ou vai extinguir”. Isso é a verdade, é o Judiciário trabalhando contra. Quando começou essa jurisprudência a pegar fogo, eu comecei a estudar, uns falaram que não, que eram os xiitas da ultraultraesquerda que queriam um confronto de classes, como se um confronto de classes, uma revolução, uma luta de classes fosse acontecer dentro de um dissídio coletivo. Mas não haveria o dissídio coletivo, então partiríamos direto para um confronto. Não conseguia entender. É difícil conseguirmos até negociar, quanto mais um confronto maior de mudar o sistema capitalista do País. É improvável isso. Achei que foi um erro, ou achei que tivesse sido a bancada do outro lado, mas não, “foi o PT que fez, foi o PT”. Eu não entendia isso. Eu confesso que até hoje não entendo, mas quem sabe um dia eu aprendo esse negócio.

Aliás, só um parêntese: cuidado. Quando o Camargo fala aqui do art. 2º, 3º e de outras aberrações que estão procurando lá, tenham os senhores que o maior *lobby*, o mais organizado, mais organizado que o da FEBRABAN – Federação Brasileira de Bancos ou de qualquer outro, é o da CNI – Confederação Nacional da Indústria. É fortíssimo o *lobby* da CNI. Então, tenham esse cuidado, essa noção e partam para as bases, porque a organização é algo de espantoso. Com essa decepção que eu tive, eu falei assim: “Por quê?”

Num desses dissídios coletivos – de qual categoria eu não lembro agora, mas também, se lembrasse, não falaria –, nós passamos três dias negociando. Chegamos a fechar tudo, tudo. Por causa de uma vírgula, que eu sabia que podia sair... Fechou. “Bom, não tem acordo.” “Vamos para o dissídio?” “Está certo, vamos para o dissídio.” Infelizmente. Não tem jeito, mesmo. Aí, a primeira coisa que o sindicato fala: “Eu não concordo com o dissídio.” E o dissídio foi extinto, porque não houve



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	30

concordância. Depois de falar na minha frente que podia conceder aquilo, aquilo, aquilo e mais isso, mas, por uma vírgula, falar assim: “Não concordo com o dissídio”? E o tribunal extinguiu o dissídio coletivo.

Aquilo para mim foi uma coisa que me fez pensar assim: olha, eu não estou aqui para ficar de palhaço ou de boneco. E saí. Saí covardemente, porque eu deveria continuar. Hoje eu vejo que o TST mudou toda essa jurisprudência, o que me traz uma esperança maior, porque agora o empregador vai falar assim: “Ora, espera aí. Uma conquista boa lá vai continuar. Um instrumento não acaba assim, da noite para o dia.” Então, eu louvo muito essa questão da Súmula nº 277.

Quanto a acidente de trabalho, eu queria colocar só uma coisinha aqui sobre a fala da Ministra Kátia. Vocês já repararam que, se a gente for desdobrar aquele número apresentado por ela, a cada dia 1.948 pessoas sofrem um acidente no Brasil? Todo dia. Nós estamos aqui reunidos e 2 mil pessoas estão sofrendo um acidente agora, neste dia de hoje. Falta um pouquinho para chegar até a meia-noite. Trinta e oito ficam incapacitadas para o trabalho todo dia. Sete morrem todo dia de acidente de trabalho. Eu só estou falando de acidente de trabalho, gente!

Esse número aqui de 2.800. O Desembargador Brasileiro é excelente. Ele fez uma palestra excelente sobre acidente de trabalho. Ele conta que a gente fala muito das Torres Gêmeas, daquele ataque que mudou o mundo. Ele até fala isto: mudou todo o mundo, toda a situação. Ele diz assim: “Pois é, lá morreram duas mil e tantas pessoas, não é? E aqui morrem todo ano quase 3 mil pessoas de acidente de trabalho.” Morrem em silêncio. O que nós destacamos é o assalto que aconteceu lá na Barra do Piraí, que matou uma pessoa. Eu fico me perguntando: por que a gente precisa saber disso? Fidel Castro – conversando hoje com o meu irmão – falava que lá eles não vendiam cadáveres. E é verdade. Você vê que em todos os jornais hoje o que vale é uma notícia de crime e de morte. Veja, até o *Jornal Nacional*, que é menos sangrento... Não, o *Jornal Nacional* é outro que também está. Vejam, notem. O Deputado Agaciel Maia falou de *Malhação* etc. Há um programa da Globo espetacular para jovem sobre função, sobre instrução, sobre educação, sobre profissionalização. Passa sábado, às 6h30 da manhã! A garotada vem da farra, vem da balada e vai assistir a um negócio desses às 6h30 da manhã? Eu li hoje que a EBC está com um problema lá. Ela, que passa as notícias culturais – ela é a nossa empresa de notícias culturais –, não tem verba. E o próprio governo gasta bilhão direcionado à Globo para a gente ver o que dessa *Rede Globo*? O quê? Só manipulando, porque ela cria duas coisas – a Globo e as outras também. Ela cria aquela vontade de a gente ver sangue. A gente gosta. Lembram do *O Dia*, aquele jornal que, quando a gente apertava, saía sangue? Pois é, a gente gosta disto. Por quê? Porque nós fomos criados aos poucos colocando na nossa mente essa necessidade. A Globo, excelente empregadora. Todo mundo lá é PJ. Todos. A Record não tinha empregado até há bem pouco tempo. Não sei como. Há algum tempo,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	31

recebiam em dinheiro, porque nem recibo eles passavam. São os nossos grandes empregadores. E nós vivemos em um mundo de grande diferença. Por isso que não gostam da Justiça do Trabalho, é por isso que cada vez estamos perdendo mais competência! Coitado dos trabalhadores, coitada da questão da aposentadoria complementar! Uma vitória maravilhosa dos fundos de pensão.

“Ah, é porque a justiça comum tem outra visão, mais civilista”. Não é isso não. “Aqui andava, lá não vai andar, não”. Desculpe-me, viu, mas é verdade: estão tirando a competência da Justiça do Trabalho, porque ela – com todas as mazelas, com todas as dificuldades, com todo o seu conservadorismo – ainda atua.

E há diferenças. A minha esposa é juíza também, e fechou um frigorífico agora por ação do Ministério Público. Por quê: vazou amônia nesse matadouro e vários empregados foram internados por causa desse vazamento de amônia. É claro que a empresa foi lá discutir com ela. O Ministério Público pediu a liminar, e ela chegou e indeferiu. Mas na discussão, ela me contou o seguinte: “o que me deixou incomodada é que eles em nenhum momento falaram dos trabalhadores”.

Mas um dos gerentes desse matadouro disse: “olha, a senhora tem que ver o bem-estar dos boizinhos”. Os boizinhos que iam morrer daqui a pouco ali. É essa a noção que nós temos, é essa a desigualdade que nós temos. Então, temos que trabalhar muito, sim.

Fico feliz com o 277. Eu teria muita coisa para falar aqui. Queria apenas falar para a Professora Rosilene que não fique chateada, e nem assim – eu não sei se a senhora falou envergonhada, ou egoísta, não sei qual foi a expressão –, não se sinta egoísta, não. Porque a categoria da senhora, professora, é a mais – desculpe todos os outros aqui – importante que nós temos para uma nação.

A educação deve ser uma bandeira de todos, e não pense no fruto dela agora. Cada vez que nós deixamos de investir na educação, de valorizar o magistério, nós não estamos perdendo um dia, dois dias, estamos perdendo uma geração. Quando nós passarmos a, realmente, investir cada vez mais na educação, o fruto virá não agora, mas daqui a 20 anos. É isso que temos que ter em mente.

Pensem, negociem muito, sim. Não fiquem pensando apenas nas estruturas dos senhores, não pensem apenas nos quintais. Como já dizia Raul Seixas: “embandeiradas que separam quintais”. Esqueçam isso. Visem à educação. Cuidado com a ação que existe, que pretende flexibilizar o que é flexível por natureza.

Eu agradeço, Deputado Chico Vigilante. Desculpe-me se passei do tempo. Foi muito bom ver vocês todos aqui. Vejo o Jervalino e a Isabelzinha aqui. Eu via a luta. Como é que pode uma categoria brigar tanto. Eu lembro que a gente discutia o quanto era difícil tirar dos empregadores a equivalência com o salário mínimo. Lembra? O salário mínimo passou do piso, e ela brigava e conseguiu alguma coisa.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	32

Que difícil! E terceirização para mim... Se pudesse mexer em um dicionário, colocava: "terceirização, sinônimo: precarização".

Para mim, quando falam em terceirização, então nós temos que brigar. Além de não permitir a flexibilização, nós temos que lutar no Legislativo por uma isonomia. Quer terceirizar, porque é melhor para a gestão, o salário é o mesmo. O salário é o mesmo, já há decisões nesse sentido. É questão de gestão. Chega. Treinamento, tudo. Tudo igual. A outra coisa é colocar no art. 3º. Eu não acredito em terceirização até juridicamente. Eu não concordo, eu sou radicalmente contra. Mas, se não for assim, coloca lá no artigo do grupo econômico, coloque "responsabilidade solidária do tomador de serviço". Só preciso disso, o resto vocês vão fazer.

Muito obrigado, Chico. Até logo. Boa tarde.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Muito obrigado ao Dr. Mário Caron.

Pessoal, nós vamos dar uma agilizada porque a Dra. Kátia precisa sair daqui às 17h50min. Ela tem um compromisso às 18 horas. Mas está sendo muito bom o nosso debate. Vou passar a palavra rapidamente para nossa companheira Geralda Godinho, Secretária Geral do SINDICOM e Administradora do Riacho Fundo II.

SRA. GERALDA GODINHO DE SALES – Boa tarde a todas e a todos. Cumprimento aqui, para encurtar, nosso Deputado Chico Vigilante, que veio do movimento sindical e digo que ficou bem difícil, depois de todas essas autoridades terem falado com tanta propriedade dos trabalhadores. E para nós é superimportante, juízes, procuradores do trabalho, do Ministério Público, falar, viver, nascer do movimento sindical.

Eu estava aqui pensando, enquanto os outros falavam, o movimento sindical peca bastante, porque a gente pensa em todas as lutas. Vários aqui que eu conheço, senão todos, sempre lutaram além do seu quintal, viu, doutor? Nós já nos encontramos aqui por lutas de várias coisas, por vários motivos ligados aos trabalhadores, às pessoas, aos seres humanos. E aí eu fico pensando o quanto é difícil essa luta porque o movimento sindical luta tanto que não tem tempo de preparar juízes, procuradores, promotores. E aí, hoje, não digo que são todos, mas muitos aqui da área privada sabem o que eu estou falando, nós temos leis, como o senhor colocou, que frustraram o movimento sindical.

Para você poder ajuizar um dissídio na área privada, por exemplo, tem que ter a outra parte autorizando, eles não vão autorizar nunca... O Sindicato Patronal que nós negociamos, que são em torno de sete a oito, que é ligado à CNC, eles nunca vão autorizar. E aí, para nós, fica superdifícil negociar, porque é uma categoria que se você não desce para a área de venda de batom, maquiada, inteira – porque a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	33

mulher muitas vezes quando volta da gravidez está gordinha –, é demitida; não está maquiada é uma forma de levar advertência, e são n motivos.

Imagina uma categoria dessa, em que fazer uma greve é superdifícil. A gente tinha um aparato muito grande da Justiça do Trabalho, do TST, mas infelizmente algumas decisões, jurisprudências vieram nos prejudicar, e sem contar uma parcela do Ministério Público que quer precarizar os sindicatos. Claro que, como aqui a nossa companheira Rosângela falou, há alguns sindicatos – e o Chico também fala da questão do imposto sindical – que vivem disso, 3 mil que nem assinaram convenção coletiva, mas há sindicatos, principalmente da área privada, que têm odontologia, que têm médico, que ajuda os seus associados e dependentes, faz o contraponto, às vezes até na questão da saúde, então leva esse recurso para isso. E aí, infelizmente, coloca-se tudo dentro de uma mesma panela, onde existem, sim, sindicalistas que querem enriquecer, que desviam verbas, que fazem coisas que até Deus duvida. Mas existem, sim, vários sindicatos sérios, que cuidam das suas categorias, que vão às ruas, que vão às fábricas, às lojas para lutarem. O nosso caso de comerciário mesmo, nós tivemos em 1998 a canetada do Fernando Henrique que acabou a folga aos domingos. Isso para nós foi uma perda irreparável. Fomos para uma negociação com os patrões. Entramos com uma ADIN no Supremo, mas, infelizmente, o Supremo não nos ajudou. Os trabalhadores em nível nacional, ferro. Infelizmente, hoje, não conseguimos mais voltar ao tempo passado.

Antes, o movimento sindical falava muito em rasgar a CLT. Há uns quinze anos, a gente falava muito que a CLT não dava, que tinha que avançar e tudo. Hoje, olha que as empresas, o Brasil, todo mundo tem carro, tem celular, microondas, e os trabalhadores também. Os empresários estão mais ricos, mas, infelizmente, eles querem acabar com os nossos direitos, não querem avançar. Hoje, vamos para a mesa de negociação, para poder manter as cláusulas sociais, e o que existe é a maior dificuldade, é muito difícil.

Deputado Chico Vigilante, parabéns por essa sua medida de debater sobre isso. Os juízes e ministros que aqui estão sempre estiveram do lado dos trabalhadores. Agora, temos que fazer um debate e olhar olho no olho no Ministério Público, tentar chamar para uma sala e colocar diferenças, chamar a Justiça do Trabalho. Por exemplo, quando o TST acabou com a estabilidade do diretor, deu aquele limite e acabou com a estabilidade do conselho fiscal, arrasou vários sindicatos.

O nosso procurador falou muito da questão da unicidade sindical. A unicidade sindical na nossa categoria acabou há muito tempo. A Justiça acabou com isso, porque, no nosso ramo mesmo, quando o patrão quis, ele criava sindicato para se manter na federação patronal. Dois ou três iam a uma salinha reservada, pegavam assinatura de trabalhador e criavam sindicato. Eles entravam na Justiça, e a Justiça dava o parcelamento. Isso, na nossa categoria, aqui no Distrito Federal,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	34

aconteceu muito. Nós tivemos o Sintracal, que era de supermercados. Nós, depois, conseguimos ganhar, porque, graças a Deus, Dornelles saiu e nós conseguimos na Justiça Federal. Provamos que a assembleia foi feita na sala do Luiz Estevão com nenhum trabalhador. Até o vigia declarou para nós no processo que não abriu a sala naquele dia. Vários sindicatos foram criados. Alguns estão até hoje. Nós conseguimos fazer oposição e mudamos, como foi o caso do Sintramacon e outros mais no nosso ramo. Mas outros ficaram prejudicando os trabalhadores, que já estão sacrificados, porque, na área privada do nosso ramo, da nossa categoria, nós temos em torno de cinco mil empregadores. E não é fácil você negociar.

Dono da C&A... A Ricardo Eletro, nós ganhamos uma ação contra ela. O patrão vai à mídia, a Globo, faz uma propaganda tão bonita e não pagava o domingo e os feriados aos trabalhadores. Então, nós ganhamos essa ação. Aqui no Distrito Federal, nós conseguimos manter para a área do comércio varejista o acréscimo de 50% aos domingos trabalhados, uma folga e a comissão acrescida de 50%. E não é fácil manter essa medida, porque, todos os anos, quando vamos para a negociação da convenção coletiva, se deixarmos ir para dissídio, acontece isto que o senhor falou: o medo de não se manter o que existia. E, na hora de negociar, a primeira coisa que o patrão quer tirar toda vida, a pauta inicial é acabar com as vantagens do domingo. O de supermercado, nós perdemos, porque, quando criaram esse Sintracal, na primeira sentada de negociação, o sindicato criado pelos patrões, pelo Luiz Estevão foi lá e negociou a entrega do domingo. E, quando nós conseguimos retomar, os trabalhadores não fizeram greve. É superdifícil conseguir manter. Aí, já era: escorregou, e mantivemos os dedos, para não perdermos o resto todo.

Eu estava com o discurso todo preparado, cheio de estatística, mas a doutora colocou todos os números com muita prioridade. Eu acho que, se a Justiça e o Ministério Público tivessem mais pessoas como vocês, como o Dr. Luciano, a Dra. Adele, o Dr. Valdir e outros mais, os trabalhadores estariam muito bem. Qual é o problema que a gente vê? Essa turma vai aposentando, vêm os novos, que nascem de empresas, da elite. É isso que a gente vê.

Foi aprovada agora a questão das empregadas domésticas, que não foi nada mais do que justo para essas trabalhadoras e trabalhadores. E a *Globo*, todo dia, faz campanha contra, sendo que muitos empregadores já pagam tudo aquilo, mas ela faz um terrorismo.

Nós do movimento sindical, quando conseguimos chegar um pouquinho mais em algum poder – igual ao Deputado Chico Vigilante e ao Governador Agnelo –, a mídia detona. Aí, nós trabalhadores, muitas vezes, vemos tudo enfeitadinho, colorido e até acreditamos um pouco. São tão bem feitas as matérias, que a gente acredita serem verdade. A gente começa a duvidar: será que aquilo é verdade? Será que não têm um fundo de verdade? E aí a gente deixa se levar pela mídia.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	35

Infelizmente, há esse projeto de lei do Sandro Mabel, que é eleito por muitos trabalhadores dele. Eu não como mais bolacha Mabel e também peço para que ninguém coma, porque, além desse projeto, ele também foi um dos que... (Palmas.) Eu acho que a *Record* comprou. Não, ele vendeu para a Gol. Alguma coisa tem por trás dessa venda. Eu acho que é para ele não queimar tanto as bolachas Mabel. Enfim, ele também foi um dos que arquitetaram contra quando o Governo Lula entrou e a gente conseguiu voltar a discussão para o Congresso do domingo e do feriado. Ele conseguiu, claro. Lá está cheio de empresários. Infelizmente, nós trabalhadores não votamos direito ainda e aí nós perdemos mais uma vez isso.

Eu quero também citar, Chico, que infelizmente não são somente os vigilantes – viu, Jervalino? – que sofrem esse tanto de assédio sexual. Os comerciários também. Por exemplo, no Parkshopping, nós tivemos o caso de uma loja muito famosa de que os jovens gostam – eu não vou citar o nome, acho que ela até parou de fazer isso. A menina era casada, usava aliança. Na hora em que iam para a área de venda, todas as que tinham aliança tinham que tirá-las. Então, certo dia, a menina se recusou a fazer isso, ligou para o sindicato, e nós baixamos lá. O segurança do Parkshopping tentou tirá-la, mas, quando o sindicato chegou, o negócio mudou um pouco de figura. Ela foi demitida, mas a loja não fez mais isso.

Houve também o caso de uma loja que veio de Minas, de utensílios elétricos e eletrônicos, cujo supervisor era um ganhão. As meninas que não queriam sair com ele, ele mandava embora. Na época, nós fizemos um manifesto na porta da loja, e aí um cliente da loja o mandou para o dono, que, na época, tinha 70, 80 anos. Ele mandou uma carta para o sindicato se desculpendo, readmitindo as meninas, colocando a possibilidade de elas retornarem ao trabalho – nenhuma quis – e demitiu o supervisor.

Infelizmente, é isso que vivemos todos os dias. Se os trabalhadores, principalmente da área privada, não tiverem juízes e procuradores iguais aos senhores, ajudando-nos e ajudando esses trabalhadores no dia a dia, eu não sei o que vai ser, porque o movimento sindical cada dia fica mais pobre, as contribuições... Hoje, o Ministério Público joga todo mundo num buraco só e, infelizmente, só persegue quem realmente trabalha, pelo que eu vejo reclamar. Os que não trabalham, eu não vejo reclamar porque não assinam convenção coletiva. Entendeu? Só vivem de contribuição sindical.

Esses debates são superimportantes. Eu acho que o movimento sindical tem que se organizar, sim. Promover, bancar, ajudar advogados a virarem juízes, para termos uma turma lá dentro dos tribunais ajudando os trabalhadores. Porque nós sindicalistas, eu já estou há 20 anos no movimento sindical, estou quase saindo fora. A gente vê que a nossa turma está ficando velha, e não estão vindo jovens para isso. A gente precisa investir muito, debater bastante.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	36

Eu queria encurtar aqui as minhas palavras e parabenizá-los. Você, Chico, realmente é o cara!

Obrigada. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Obrigado.

Eu vou passar a palavra ao nosso companheiro Roberto Miguel, por 5 minutos, porque vamos ter que encerrar mesmo.

A Rosilene também já deveria ter saído.

SR. ROBERTO MIGUEL – Boa noite, companheiros e companheiras. Saúdo todos em nome do companheiro Chico Vigilante, Deputado, membro da minha categoria e diretor da minha entidade. Como o Chico disse, antes de Deputado ele é vigilante. Então, eu vou parafraseá-lo: antes de secretário de organização política da CUT, eu sou vigilante, e com muito orgulho.

Quero saudar este plenário em nome do presidente do meu sindicato, Jervalino Rodrigues, e todas as mulheres no nome da companheira Maria Isabel.

Bem rapidamente, para ouvirmos novamente a doutora, eu não vou falar sobre a questão da precarização, depois de todas essas falas que foram ditas aqui. Mas eu gostaria de falar bem rapidamente com relação aos 70 anos da CLT. A CLT foi promulgada no dia 1º de maio de 1943 no Estádio de São Januário, estádio do Vasco da Gama. É importante lembrar isso em homenagem ao nosso Deputado e a esse que vos fala. (Risos.)

A Central Única dos Trabalhadores, desde quando foi fundada em 1983, até hoje, sempre defendeu – a Geralda falou isso muito rapidamente – uma mudança da CLT. E até no início, vamos dizer assim, rasgar a CLT. Então, eu vou, muito rapidamente, reforçar algumas questões.

Essa posição histórica da CUT, desde a sua fundação, continua sendo mantida. Mas o que tem de ser esclarecido e tem de ficar muito claro – a fala de vários aqui deixou isso bem claro, principalmente do Dr. Luís – é que a CUT nunca disse que a parte dos direitos trabalhistas individuais ou coletivos da CLT era ruim ou era fascista. A CUT disse e continua dizendo que temos de rasgar e mudar a CLT em sua segunda parte.

Os trabalhos devem saudar muito a parte dos direitos trabalhistas da CLT e continuar a sua defesa. A CUT faz isso. Mas devemos continuar, como a CUT sempre fez desde 1983, a defender uma mudança radical na parte da estrutura sindical. Porque a estrutura sindical vigente, esta sim, fascista, não satisfaz os trabalhadores. Não satisfaz porque como o imposto sindical garante uma vida financeira sem trabalho e sem representação para a maioria dos sindicatos – nós temos 15 mil sindicatos de trabalhadores neste País –, como foi dito, mais de 3 mil nunca



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	37

assinaram, ou nunca fizeram uma negociação coletiva. Então, a estrutura sindical da CLT, ou do período de criação da CLT, garante com o imposto sindical uma vida fácil para os sindicatos que não querem se mobilizar.

A CUT defende o fim do imposto sindical, com a sua substituição pela taxa negocial. Isso é muito importante dizer. Vários companheiros, inclusive cutistas, defendem o imposto sindical e criticam a posição da CUT sobre o fim do imposto sindical. A CUT é pelo fim do imposto sindical, mas é muito clara: é pela substituição pela taxa negocial. Qual a diferença entre a taxa e o imposto? É que a taxa é aprovada em assembleia geral da categoria e o seu valor é definido pela categoria, e não imposto pelo estado, pelo governo, ou por quem quer que seja.

A segunda questão essencial no aspecto da estrutura sindical que está na CLT e que a CUT é contra é a questão da unicidade sindical. Porque se a unicidade sindical, como alguns dos seus defensores dizem, garantisse a unidade dos trabalhadores, como eu disse anteriormente, nós não teríamos 15 mil sindicatos dos trabalhadores em nosso País.

Então, a estrutura sindical que está aqui, a CUT continua defendendo a sua mudança radical. Defendemos um sistema democrático de relação de trabalho que não tenha mais unicidade sindical e que o imposto sindical seja substituído pela taxa negocial.

Terminando, eu gostaria de dizer que a parte dos direitos sociais da CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas deve ser radicalmente defendida. O que a CUT defende é mais e melhores direitos, diferentemente da CNI, que lançou, há pouco tempo, cento e uma propostas para modernizar a estrutura sindical do Brasil. Todas as 101 propostas da CNI são pela flexibilização de direitos, e a CUT e seus sindicatos não defendem essa. Eles defendem que, se a CLT for mudada, que seja para mais e melhores direitos.

Então, para ainda poder ouvir, eu gostaria de terminar dizendo que a ONU, neste ano, outorgou à CUT, a maior central sindical deste país, o título de única organização que conseguiu avanços para a classe trabalhadora de seu País. O PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, órgão da ONU, disse que somente uma organização sindical no mundo conseguiu avanços para a classe trabalhadora de seu País. E essa organização foi a Central Única dos Trabalhadores. Por mais e melhores direitos, pelas quarenta horas semanais, sem redução dos salários, dez por cento do PIB — Produto Interno Bruto para a educação, contra a lei da terceirização, em função de tudo o que foi dito aqui, e pela homologação imediata da Convenção 158, que garante a estabilidade para todos os trabalhadores, da Convenção 151, que garante a negociação coletiva para os servidores públicos, e da Convenção 87, que garante liberdade e autonomia sindical, a manutenção e a



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	38

mudança nos direitos sociais na CLT e uma mudança radical na parte da CLT que cuida da estrutura sindical no nosso país.

Era isso. Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Ontem à tarde, fiz um pronunciamento desta tribuna, baseado em uma revista da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio, ligada à CUT, e há um dado que me chamou bastante atenção: a rede Carrefour de supermercados, que é uma rede francesa, emprega, no Brasil, cerca de 22 mil trabalhadores. Essa rede de supermercados, Dr. Camargo, contratou 21 mil trabalhadores, no ano de 2010. Entretanto, ela demitiu 18.900 trabalhadores. A média de permanência de um trabalhador em uma loja do Carrefour, Dra. Kátia, é de no máximo dois anos. Ninguém fica mais de dois anos. É uma rotatividade brutal! Eu dizia aqui, ontem, que bastava a nós, brasileiros, exigir que essas multinacionais que estão entrando no comércio do Brasil cumprissem a legislação do país deles. Não é? Acho que avançaríamos bastante, porque lá há impedimento de demissão imotivada. Aqui, não. Então, se implantássemos isso, estaríamos muito bem.

Antes de encerrar, passarei rapidamente a palavra para o Dr. Luis Antonio Camargo de Melo, que responderá uma pergunta. Tendo em vista a premência do tempo, ele falará pelos demais, nas considerações finais, para que possamos encerrar. (Pausa.)

SR. MÁRIO MACEDO FERNANDES CARON – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer apenas um esclarecimento rápido. Eu estava consultando, depois da pronúncia de que foi em São Januário, em 1º de maio de 1943, no Vasco da Gama. Não foi isso? Tenho que explicar uma coisinha aqui: o Decreto-Lei nº 5.452, que aprovou a Consolidação das Leis do Trabalho, realmente se deu em uma solenidade em 1º de maio, lá em São Januário. Mas o art. 2º fala assim: “O presente decreto-lei entrará em vigor em 10 de novembro de 1943” Quer dizer, o Vasco ficou vice de novo!

Como bom botafoguense, estou falando isso campeão. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Mesmo sendo vascaíno, eu me sinto na obrigação de aplaudir o Dr. Caron.

SR. LUIS ANTONIO CAMARGO DE MELO – Eu agradeço ao Deputado Chico Vigilante a oportunidade de responder a uma pergunta do Antonio de Sá Viana, Presidente do Sindicato dos Instrutores de Trânsito do Distrito Federal. Ele pergunta: “Gostaria de saber o que o Ministério Público do Trabalho pode fazer para fiscalizar as empresas que não depositam o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, não fazem depósitos nas contas.”

Quero dizer o seguinte, rapidamente. Com autorização da Ministra Kátia e do Mário faço as nossas despedidas e agradeço a participação. Mas quero dizer,



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	39

Antônio, o seguinte: o Ministério Público do Trabalho investiga, investiga toda denúncia que recebe, busca o enfrentamento, em primeiro plano na instância administrativa, propondo Termo de Ajuste de Conduta. Propondo o Termo de Ajuste de Conduta, deixo bem claro que ninguém está obrigado a assinar o Termo de Ajuste de Conduta – já ouvi inclusive alguns sindicalistas dizerem ser obrigados a assinar. Isso não ocorre, não pode ocorrer. Se não houver a possibilidade de um encerramento, de uma resolução do problema em instância administrativa, em sede administrativa, nós nos socorremos do Judiciário com um cabedal de ações, mas em especial da ação civil pública. E, se for feita a denúncia, nós vamos apurar.

Agora, para deixar muita coisa muito bem clara aqui: o Ministério Público do Trabalho não é advogado do trabalhador, Procurador do Trabalho, mesmo do Ministério do Trabalho, não é advogado do trabalhador. Quem defende o trabalhador é o sindicato, é o sindicato que tem de defender o trabalhador. Por isso é que a gente bate tanto pelo fortalecimento das entidades sindicais. Quando se fala aqui da defesa da ratificação da Convenção 87, é porque a médio prazo vai acontecer o fortalecimento das entidades. Na situação em que nós estamos hoje não há entidades fortes, há poucas entidades fortes. Precisamos de muitas entidades fortes, até por conta do que temos hoje na Súmula 277, para garantir as conquistas.

Então, o que vale a pena deixar aqui muito claro, muito claro, é que o legislador constituinte de 88 deu ao Ministério Público a atribuição, que considero relevantíssima, de defender o ordenamento jurídico. Esse é o nosso papel. Nós vamos fazer a defesa do ordenamento jurídico. Em regra é o patrão que descumpra esse ordenamento jurídico. Então, nós estamos em defesa do ordenamento jurídico e acabamos em defesa do trabalhador, na maioria das vezes.

Esse mesmo legislador constituinte que determina que o Ministério Público seja o defensor do ordenamento jurídico faz com que nós sejamos também os defensores do ordenamento jurídico naquelas questões que desagradam os sindicatos. E essa é a intervenção do Estado contra a qual eu estou aqui me colocando. Se nós tivermos, se nós conseguirmos afastar o Estado definitivamente do controle em relação às entidades sindicais, como é que vai atuar o Ministério Público em relação, por exemplo, às contribuições? Se nós temos uma legislação que determina a contribuição negocial, definida em assembleia democraticamente, por que vai o Ministério Público se opor contra isso? Nós não podemos deixar de intervir quando nós temos que obedecer ao mandamento constitucional. Então, nós vamos intervir mesmo. Esse é o papel do Ministério Público.

Agora, o Ministério Público não é adversário de sindicato, o Ministério público não quer garrotear sindicato, o Ministério Público não quer precarizar sindicato, o Ministério Público quer que os sindicatos sejam efetivamente defensores dos trabalhadores, sejam entidades fortes, sejam parceiros. Muitas das denúncias que nós apuramos vêm dos sindicatos. As nossas maiores vitórias vêm do sindicato.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	40

A nossa diretora do Sinpro estava falando aqui *a latere*, no momento de sair, da questão do McDonald's. A questão do McDonald's é uma vitória enorme de toda a sociedade, protagonizada pelo Ministério Público do Trabalho. São comerciários que recebiam R\$ 200,00, R\$ 250,00 por mês porque tinham uma jornada móvel variável. E foi o Ministério Público do Trabalho que enfrentou o McDonald's, em defesa do trabalhador, para garantir que o trabalhador vai ter uma remuneração digna, vai ter um trabalho digno, não vai ser explorado. Esse é o nosso papel, mas nós queremos trabalhar em conjunto com os sindicatos.

Agora, é preciso que nós tenhamos o Estado fora dessa relação. Daí a ratificação da Convenção 87 e do sistema de uma efetiva liberdade sindical. Aí, sim, entidades representativas de trabalhadores, entidades representativas dos patrões vão se organizar livremente, nós vamos ter sindicatos representativos, vamos garantir conquistas e o Ministério Público do Trabalho estará como um parceiro, porque é isso que nós queremos.

Agradeço, Deputado Chico Vigilante, por esta oportunidade, agradeço em meu nome, não sei se o Roberto vai me dar também essa procuração, mas, em nome de todos que estamos aqui, da Dra. Kátia, do Dr. Mário Caron, já me falaram, mas agradeço, então, em nome do Ministério Público do Trabalho, em nome da CUT, em nome do Sindicato dos Comerciários, em nome do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, e em nome do Tribunal Superior do Trabalho a oportunidade de vir aqui debater com os sindicalistas, com a sociedade, com as entidades que são representativas da sociedade civil e representativas dos trabalhadores. Parabéns, Deputado Chico Vigilante. Muito obrigado. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADO CHICO VIGILANTE) – Antes de encerrar, quero agradecer de maneira especial à equipe do Cerimonial da Câmara Legislativa: a Verônica, que está aqui; o Roseni Vieira; o Kennedy Montenegro; o Carlos Vieira, que é o Coordenador-Geral do Cerimonial; o pessoal do meu gabinete que trabalhou tão bem para que essa comissão geral acontecesse.

Quero dizer a vocês o seguinte: Dra. Kátia, Dr. Mário Caron, Geralda, Dr. Luis, Roberto, essa comissão geral é uma sessão ordinária da Câmara Legislativa, dias em que se votam projetos de lei, que a gente transforma em comissão geral para promover debates como estes. Portanto, ela tem uma importância muito grande e eu fiquei muito feliz com a participação de sindicalistas. Aqui estão rodoviários, comerciários, vigilantes, servidores da Secretaria da Fazenda, enfim, trabalhadores das mais variadas categorias, trabalhadores de serviços terceirizados, que é o caso da Dona Isabel e de seus trabalhadores, que estão aqui. Começamos aqui às 15h20min e estamos até às 18h07min, acho que foi um aprendizado fantástico que nós tivemos nesta tarde.



Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
09 05 2013	15h26min	38ª SESSÃO ORDINÁRIA (COMISSÃO GERAL)	41

Eu, particularmente, fiquei muito impressionado com os números trazidos aqui pela Senhora, com a intervenção do Dr. Luis, com a intervenção do Roberto, do Dr. Mário Caron – sempre que a gente encontra com ele é uma verdadeira aula de socialismo, é bom que se diga, um juiz socialista –, da nossa companheira Geralda Godinho.

Enfim, quero agradecer a presença de todos e de todas que estiveram aqui e quero falar da importância do debate que nós tivemos nessa tarde e dizer que, mais uma vez, nós vamos disponibilizar o relatório e o vídeo, nós teremos um vídeo que, além de estar no *Youtube*, vai estar à disposição de cada sindicato que queira reproduzir essa comissão nas suas bases – João, está à disposição dos rodoviários, dos comerciários. Nós vamos editar o vídeo e colocar para que a gente, Dona Isabel, possa levar isso aqui efetivamente aos nossos trabalhadores. Precisamos debater mais, a gente precisa mostrar efetivamente para os trabalhadores a força que eles têm e precisamos mostrar que dentro do Judiciário, dentro do Ministério Público nós temos parceiros, nós temos amigos e nós temos companheiros.

Não tenho dúvida nenhuma de que vocês saíam daqui hoje com a convicção de que, tanto no Tribunal Superior do Trabalho, na pessoa da Dra. Kátia e de outros ministros que comungam dessa doutrina pregada por ela, quanto no Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, onde a gente conhece efetivamente a prática do Dr. Mário Caron e de outros, possa citar o Grijalbo, e de muitos outros que estão ali no Ministério Público Federal e no Ministério Público do Trabalho no Distrito Federal, nós temos parceiros, É claro, nós temos uma sociedade de classe. Há os que têm uma visão classista do nosso lado e os outros que têm a visão classista do outro lado; portanto, a gente tem que respeitar. Agora nós temos que ser ouvidos também. Muitas vezes a gente não produz com a qualidade que a gente gostaria de produzir. Vocês viram aqui a Dra. Kátia dizendo que todo material de sindicato que ela recebe, ela guarda. Se guarda é porque lê, portanto é importante, Dona Isabel, que a gente comece a mandar para os gabinetes o que acontece com a gente, porque muitas vezes quando chega lá uma ação a ser julgada, se a gente contou a nossa estória antes, eles vão julgar dizendo: “Ah, mas isso aqui eu já sabia, o sindicato já tinha me dito.” Isso é muito importante. Esse é o chamado lobby do bem. Portanto, é fundamental que se faça isso.

Ao agradecer a presença de todos, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a comissão geral. Muito obrigado.

(Levanta-se a sessão às 18h10min.)